



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALÍCIA VERÇOSA DA SILVA

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL: a atuação dos/as
assistentes sociais no Instagram

Maceió - AL
2024

ALÍCIA VERÇOSA DA SILVA

**PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL: a atuação dos/as
assistentes sociais no Instagram**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Alagoas como requisito para obtenção
do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Alcina Terto Lins.

Maceió - AL

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586p Silva, Alícia Verçosa da.
Plataformização do trabalho no serviço social : a atuação dos/as assistentes sociais no Instagram / Alícia Verçosa da Silva. – 2024.
67 f. : il.

Orientadora: Maria Alcina Terto Lins.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social: bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 64-67.

1. Trabalho. 2. Tecnologia. 3. Tecnologias da informação e da comunicação. 4. Economia compartilhada. 5. Serviço social. I. Título.

CDU: 364.442.2:331



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

Documento assinado digitalmente
gov.br ALICIA VERCOSA DA SILVA
Data: 19/11/2024 11:20:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DISCENTE: Alícia Verçosa da silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 14/11/2024

Título: **PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL:** a atuação dos/as assistentes sociais no Instagram.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA ALCINA TERTO LINS
Data: 18/11/2024 13:41:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Maria Alcina Terto Lins (orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br JAPSON GONCALVES SANTOS SILVA
Data: 18/11/2024 16:53:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Japson Gonçalves Santos Silva

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSELITA OLIVIA DA SILVA MONTEIRO
Data: 19/11/2024 09:08:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Msc. Joselita Olivia da Silva Monteiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as bênçãos em minha vida e por me capacitar para cumprir cada etapa da graduação.

Agradeço especialmente aos meus pais, Geiza e Albérico, que me apoiaram e incentivaram ao longo de toda a minha vida e por sempre acreditarem em mim. Vocês são parte de todas as minhas conquistas e minha maior fonte de inspiração.

Agradeço à minha irmã Geovana Verçosa por toda parceria, por me encorajar, me apoiar e acreditar que eu seria capaz.

Às minhas amigas de faculdade, por todos os momentos de apoio mútuo dentro e fora da sala de aula. A presença de vocês tornou mais leve a vivência da graduação.

Ao meu melhor amigo, Alexandre Nascimento, por sempre estar ao meu lado, me apoiando e ouvindo minhas preocupações e anseios. As conversas descontraídas e suas palavras de incentivo foram essenciais para me manter confiante durante toda a minha graduação.

À minha melhor amiga, Ylaila Moraes, por se fazer presente em minha vida e por todo o suporte em mais essa fase. Sua amizade foi fundamental para a conclusão de mais essa etapa.

Agradeço à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Alcina Terto Lins, por todas as oportunidades que me proporcionou durante a minha jornada acadêmica e por todo o suporte e orientação durante a construção deste trabalho. Agradeço por acreditar no meu potencial e por toda sua dedicação.

Por fim, agradeço ainda pela oportunidade de participar como aluna bolsista do CNPq no projeto de pesquisa em rede “Os desafios do acesso e das intervenções profissionais nas políticas sociais diante das tecnologias de Informação e de comunicação (TIC)”, que me permitiu aprofundar os estudos relacionados às TIC e a construir este trabalho. Participar deste projeto não só contribuiu para o meu aprendizado, como me proporcionou vivenciar novas experiências enquanto aluna de graduação. Meus sinceros agradecimentos!

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, minha profunda gratidão.

“A sociedade que não inventa e adota o novo
sucumbe à infecundidade da repetição do velho.”

Álvaro Vieira Pinto.

RESUMO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), enquanto produto da atividade humana em uma sociedade capitalista, têm sido incorporadas nos processos de trabalho e possibilitando a criação de novas modalidades de trabalho desenvolvidas em plataformas digitais. O trabalho plataformizado se destaca nesse contexto pelo crescente aumento de trabalhadores desempenhando funções profissionais por meio de plataformas ou aplicativos, atraídos pela lógica empreendedora sob os discursos do “crie seu próprio negócio” ou “seja seu próprio patrão”. Partindo desse pressuposto, observa-se que as plataformas de redes sociais, enquanto espaço mercadológico, se colocam como meios de trabalho atrativos para profissionais especializados em diversas áreas, inclusive profissionais do Serviço Social. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo a caracterização e a análise da atuação profissional de assistentes sociais em redes sociais, especificamente o *Instagram*, a partir de estudos decorrentes de pesquisas de Iniciação Científica, desenvolvidas entre os anos de 2022 a 2024. Com a realização da pesquisa bibliográfica, foi possível compreender categorias importantes para a discussão da temática, como o trabalho e a tecnologia a partir dos estudos de Marx e de Álvaro V. Pinto. Concomitantemente, os resultados de uma pesquisa de cunho exploratório e qualitativo possibilitou a apreensão de uma tendência atual no campo do trabalho em plataformas, também vivenciada por assistentes sociais, que é a atuação nas redes sociais. Assim, pode-se observar que a incorporação das TIC no trabalho impacta no exercício profissional de assistentes sociais, impulsionando uma atuação profissional via plataformas digitais como alternativa às condições do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Tecnologia; Tecnologias da Informação e Comunicação; Plataformização do trabalho; Serviço Social.

ABSTRACT

Information and Communication Technologies (ICT), as a product of human activity in a capitalist society, have been incorporated into work processes and have made it possible to create new types of work developed on digital platforms. Platformized work stands out in this context due to the growing number of workers performing their professional duties through platforms or apps, attracted by the entrepreneurial logic of “create your own business” or “be your own boss”. Based on this assumption, it can be seen that social networking platforms, as a marketing space, are an attractive means of employment for professionals specialized in various areas, including Social Work professionals. In this sense, this work aims to characterize and analyze the professional performance of social workers on social networks, specifically *Instagram*, based on studies resulting from Scientific Initiation research, developed between the years 2022 to 2024. By carrying out bibliographical research, it was possible to understand important categories for discussing the subject, such as work and technology based on the studies of Marx and Álvaro V. Pinto. At the same time, the results of an exploratory and qualitative study made it possible to understand a current trend in the field of platform work, also experienced by social workers, which is working on social networks. Thus, it can be seen that the incorporation of ICT into the workplace has an impact on the professional practice of social workers, driving professional activity via digital platforms as an alternative to market conditions.

KEYWORDS: Work; Technology; Information and Communication Technologies; Platformization of Work; Social Work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	12
2.1 A relação entre trabalho e tecnologia.....	13
2.2 O desenvolvimento capitalista e o avanço tecnológico.....	22
2.3 A lógica da plataformização do trabalho.....	32
3. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL.....	41
3.1 A plataformização do trabalho no exercício profissional do Serviço Social.....	41
3.2 Caracterização da atuação dos/as assistentes sociais no Instagram.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o avanço tecnológico é apropriado e utilizado em favor da reprodução do modo de produção capitalista em todas as suas fases, provocando modificações e transformações no mundo do trabalho. Com a passagem para o século XXI, as denominadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)¹, resultantes da evolução tecnológica, são amplamente introduzidas no processo de acumulação capitalista, acelerando a intensificação da exploração e precarização do trabalho. A partir do uso das TIC, novas modalidades de trabalho apoiadas em tecnologias digitais assumem papel fundamental no cenário contemporâneo da sociedade capitalista, ocasionando múltiplas dificuldades e consequências à classe trabalhadora.

Nesse panorama, o fenômeno da plataformização do trabalho ganha destaque devido a expansão de plataformas digitais e aplicativos que intermediam a realização de processos de trabalho em diversas esferas do mercado, substituindo em muitos casos a relação direta entre empregador e empregado. Atreladas aos ideais neoliberais, algumas destas novas formas de trabalho propiciadas por tecnologias digitais mascaram a informalidade e as condições precárias contidas no trabalho autônomo ao oferecerem supostas facilidades, como a liberdade de decisão e a inexistência da subordinação ao assalariamento contida em trabalhos formais. Assim, apesar de todas as fragilidades latentes, o surgimento desses espaços digitais e automatizados como meios de trabalho se coloca como uma novidade muito atrativa para trabalhadores.

A popularização da internet, propiciada pelas TIC, estimula esse processo ao promover o surgimento de plataformas de redes sociais, as quais se constituem como espaço mercadológico. As redes sociais passam a ser utilizadas como espaço de trabalho e meio para realização de compra e venda de produtos e serviços, tornando-se comum a presença de profissionais especializados em tais plataformas desempenhando competências e atribuições profissionais. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que profissionais do Serviço Social integram a classe trabalhadora, devido à condição de trabalhador assalariado, e são diretamente impactados pelas constantes modificações no mundo do trabalho, faz-se necessário o estudo das consequências enfrentadas pelos profissionais diante das novas formas e modalidades de trabalho, sobretudo o trabalho plataformizado realizado em redes

¹ Para Cavalcanti e Veloso (2024), a conceituação de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), em geral, varia entre “[...] atividades desenvolvidas pelos recursos da informática (priorizando a automatização de tarefas) ou, ainda, como aplicação de seus diferentes ramos na geração, processamento e difusão de informações (ênfatizando a manipulação e organização de dados para posterior utilização)” (p. 15).

sociais, para compreender essa tendência atual no campo do trabalho em plataformas, também vivenciada por assistentes sociais.

Diante da problemática exposta, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo a caracterização e a análise da atuação profissional de assistentes sociais em redes sociais, especificamente o *Instagram*. A aproximação com o objeto de estudo decorre de experiências em projetos de pesquisa através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pelo grupo de pesquisa “Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais”. O primeiro como aluna colaboradora, realizado entre os anos de 2022 e 2023, com o plano de trabalho: “Os impactos da plataformização do trabalho no exercício profissional do Serviço Social”, voltado para o estudo do conteúdo de perfis profissionais do Serviço Social no *Instagram* e no *Youtube*. O segundo como aluna bolsista do CNPq, realizado entre os anos de 2023 e 2024, no projeto de pesquisa em rede intitulado “Os desafios do acesso e das intervenções profissionais nas políticas sociais diante das tecnologias de Informação e de comunicação (TIC)”, voltado para a análise dos impactos do uso das TIC na operacionalização e acesso às políticas públicas de assistência e previdência social, financiado pelo CNPq e desenvolvido em conjunto por três universidades públicas federais (UFAL, UFRJ e UFSC).

O desenvolvimento deste estudo, envolveu a realização de pesquisa bibliográfica, com base em obras de autores como Álvaro Vieira Pinto, Marx, José Paulo Netto, Ricardo Antunes, Rafael Grohmann, dentre outros. Além disso, a pesquisa teve caráter exploratório e qualitativo, a partir da análise e síntese de dados coletados em um mapeamento de perfis profissionais na área do Serviço Social realizado na rede social *Instagram*. Para a exposição dos resultados obtidos, o trabalho foi estruturado em três seções.

A primeira seção diz respeito a esta introdução, que apresenta um breve panorama do assunto abordado. A segunda seção aborda a relação entre o avanço tecnológico e o desenvolvimento das forças produtivas associado ao movimento do modo de produção capitalista ao se apropriar da tecnologia e utilizá-la como instrumento para sua reprodução, salientando a precarização e flexibilização do trabalho intensificadas pelo uso de TIC e de plataformas digitais em processos de trabalho. A terceira seção apresenta como essas modificações têm sido incorporadas pelos profissionais do Serviço Social, caracterizando a atuação de assistentes sociais no *Instagram*.

2. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Nesta seção, abordaremos a relação intrínseca entre trabalho, tecnologia e o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista. A partir da análise da apropriação do avanço tecnológico pelo capitalismo, apresentaremos a intensificação da precarização do trabalho nas novas formas de trabalho provenientes do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

A partir do estudo de obras de autores como Álvaro Vieira Pinto, Karl Marx, Sérgio Lessa, Ivo Tonet e José Paulo Netto, buscaremos compreender como o avanço da técnica e da tecnologia está relacionado com o trabalho desenvolvido pelos homens na construção e reprodução sócio-histórica de sua própria existência. Por meio do trabalho, ao transformar a natureza para atender às próprias necessidades, os homens adquirem a capacidade de desenvolver mecanismos para facilitar essa atividade, os quais evoluem a cada invenção e novas necessidades. Nesse sentido, analisaremos as tecnologias como criações humanas para a intermediação dos processos de trabalho, objetivando a redução do esforço físico na execução de determinadas técnicas.

No segundo item, faremos a análise de como o modo de produção capitalista, no decorrer do avanço das forças produtivas, se apropria da tecnologia e a transforma em instrumento para o aumento e valorização do acúmulo e concentração de lucro e capital em todas as suas fases. Com base em Marx, Harry Braverman e Geraldo Augusto Pinto, entre outros, buscaremos evidenciar como a tecnologia é incrementada ao processo produtivo e utilizada em favor da reprodução do modo de produção capitalista, a partir da intensificação e exploração da força de trabalho. Desse modo, faremos uma breve análise de como o uso de tecnologias em processos de trabalho favoreceram a precarização e flexibilização, até chegar nas denominadas Tecnologias da Informação e Comunicação, que intensificam a expansão da plataformização do trabalho.

Por fim, procuraremos observar como o uso das TIC e a lógica do trabalho plataformizado favorecem o desenvolvimento e a reprodução do modo de produção capitalista. Para tanto, utilizaremos como base principal os estudos de Ricardo Antunes e Rafael Grohmann, em conjunto com outros autores, para o estudo do trabalho em plataformas sociais digitais e, posteriormente, em redes sociais, o qual é encarado por profissionais como uma alternativa empreendedora viável diante das precárias condições de assalariamento vivenciada pela classe trabalhadora.

2.1 A relação entre trabalho e tecnologia

O desenvolvimento da acumulação capitalista está imbricado ao desenvolvimento tecnológico, impulsionando mudanças nas esferas política, econômica e social. A inserção de tecnologias cada vez mais avançadas e aprimoradas tendem a potencializar o uso da força de trabalho, intensificando cada vez mais a exploração do capital sobre o trabalho e sobretudo, alavancando as taxas de lucratividade do capital.

Conforme os estudos de Pinto (2005), a tecnologia e todos os avanços tecnológicos possíveis na sociedade moderna dependem categoricamente das mudanças evolutivas das forças produtivas e sua ligação direta com o trabalho humano, o que exige compreender o processo de desenvolvimento das forças produtivas e reprodução social. Em suas palavras:

Quando nos extasiamos diante dos milagres da tecnologia moderna e construímos uma visão do mundo tendo por concepção central a infinita expansibilidade de nosso poder criador, a primeira coisa a reconhecer [...] é que toda possibilidade de avanço tecnológico está ligada ao processo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, a principal das quais cifra-se no trabalho humano (Pinto, 2005, p. 84).

Dessa forma, entende-se que os avanços tecnológicos fazem parte de um conjunto histórico de transformações societárias provocadas pelo trabalho e pelas forças produtivas ao longo do desenvolvimento e reprodução social, os quais são resultado do processo de trabalho. Marx (2013) define o trabalho como a atividade humana que medeia a relação entre o homem e a natureza, por meio da qual os homens transformam a natureza com a finalidade de atender suas próprias necessidades. Em “O Capital”, Marx evidencia que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2013, p. 188).

A transformação da natureza pelos homens se caracteriza então como a atividade que dá base à existência humana, pois é por meio do trabalho que os homens objetivam a sociedade em que vivem, construindo materialmente tudo o que é necessário para manter sua sobrevivência e existência. O trabalho fundamenta a existência do homem enquanto ser

social, em parte por existir exclusivamente no mundo dos homens, em parte por diferenciá-lo de outras espécies e o afastar das leis que regem os processos naturais (Lessa; Tonet, 2011). Apesar de atividades voltadas para a satisfação de necessidades biológicas serem comuns a todas as espécies animais, o trabalho diferencia o ser humano dos demais seres vivos devido às suas características de prévia-ideação e objetivação, que são, respectivamente, a capacidade de projetar antecipadamente na consciência o resultado de suas ações e a capacidade de colocar em prática o que foi idealizado.

Conforme apontado por Braz e Netto (2006), as ações realizadas por animais de outras espécies para manutenção da sobrevivência, como o ato de se alimentar, por exemplo, são geneticamente determinadas e têm a natureza como fonte direta para a satisfação de necessidades imediatas. Isto é, de maneira instintiva, os animais agem diretamente sobre os recursos naturais de forma invariável, sem a possibilidade de evolução. Além disso, os animais possuem necessidades estabelecidas biologicamente, as quais não variam e são saciadas sempre da mesma forma, como se nascessem programados a desempenhar as mesmas funções por toda a vida. No entanto, em relação aos seres humanos, a atividade de transformação dos recursos naturais, denominada trabalho, ocorre de forma diferente à medida que o afasta dos limites e determinações naturais ao permitir que os homens dominem a natureza e os recursos naturais.

Diferentemente do que acontece com os animais, o trabalho, desenvolvido pelos homens, não é uma atividade “natural”, determinada geneticamente e realizada de maneira imediata. Lessa e Tonet (2011), fundamentados no pensamento marxiano, sinalizam que os homens são dotados da capacidade de escolha, prévia-ideação e objetivação, quando dizem que:

Entre os homens, a transformação da natureza é um processo muito diferente das ações das abelhas e formigas. Em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de idear (isto é, de criar ideias) antes de objetivar (isto é, de construir objetiva ou materialmente) que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana (Lessa; Tonet, 2011, p. 18).

Isto é, antes de executar uma ação para alcançar determinado objetivo, o homem antecipa na consciência o possível resultado de cada alternativa antes de colocar em prática a opção escolhida. Em outras palavras, o trabalho possibilita a ação consciente dos homens, ao

permitir o estabelecimento de finalidades e a construção de um mundo objetivo que seja útil para a satisfação de suas necessidades.

Lessa (2012) destaca, a partir de estudos nas obras de György Lukács, que o trabalho é a categoria fundante do ser social e que seu objetivo último é a transformação do próprio homem e da totalidade social. Através da objetivação do trabalho, da execução do que foi previamente idealizado, a realidade e o próprio ser humano são transformados. Ao mesmo tempo, os seres sociais constroem situações inusitadas que são colocadas para a sociedade de forma coletiva, acarretando novas condições de vida e de produção.

Segundo Pinto (2005), o homem possui uma capacidade biológica superior aos demais animais, a qual está relacionada a um salto qualitativo na evolução social e tecnológica da espécie humana. Trata-se da capacidade de percepção, reflexão e abstração das qualidades das coisas, com o fim de apreender suas determinações e capacidades para estabelecer relações e combinações entre as propriedades, idealizando, assim, possíveis modificações para alcançar determinadas finalidades. Tal característica é definida pelo autor como uma capacidade de projetar que somente os seres sociais possuem, a qual permite a construção planejada e intencional dos elementos que constituem a realidade.

Por meio da projeção consciente de finalidades a serem alcançadas a partir da modificação material das coisas, o homem idealiza possíveis situações que lhe serão úteis e as coloca em prática por meio do trabalho. Assim, combinada a capacidade de projetar com a objetivação por intermédio da ação do trabalho, os homens produzem os próprios meios de subsistência e modificam a realidade em que vivem, transformando as condições de vida e existência. O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais passam a ser entendidos então como resultados desse processo. Conforme aponta Pinto:

O fio orientador fornecido pela história natural do homem, aqui como sempre, nos dá com extrema simplicidade a compreensão desejada. Partindo do conceito do projeto como função diferencial e intrínseca do sistema nervoso superior do homem, encontramos também a ponta da meada para compreender o significado da máquina, e da fabricação humana em geral, célula inicial igualmente do entendimento do conceito de técnica e de “era tecnológica” (Pinto, 2005, p. 97).

Desse modo, o debate acerca da técnica e da tecnologia acompanha o decurso do desenvolvimento humano e das forças produtivas. Para o autor, toda ação humana possui caráter técnico, ao passo que está condicionada ao alcance de finalidades previamente estabelecidas. Isso se dá pelo processo evolutivo que diferencia a espécie humana das demais

espécies, quando os homens adquirem a habilidade de tornar favorável a si as condições impostas pela natureza e tornam-se, portanto, animais técnicos (Pinto, 2005).

O comportamento humano, posterior ao período em que se adquire a capacidade de projetar e produzir os meios e ferramentas necessárias para a realização de suas ações, passa a ser considerado como técnico. Evidentemente, a técnica não existe separadamente do homem ou de seu desenvolvimento histórico, ambas possuem o mesmo ponto de partida e coexistem desde então. Para isso, as práticas técnicas são necessariamente repassadas de geração em geração, sendo apenas modificadas qualitativamente em cada era histórica, devido ao acúmulo de conhecimento conquistado pelos homens, bem como criações anteriores e da ampliação do domínio sobre a natureza (Pinto, 2005).

À vista disso, Lessa e Tonet (2011) observam que há um processo de generalização do conhecimento dividido em dois níveis, sendo o primeiro a transformação do conhecimento singular em genérico, tornando-se útil em situações diversas, e o segundo o compartilhamento do conhecimento adquirido individualmente com todos os indivíduos da sociedade.

Ao criar os instrumentos necessários para mediar sua relação com a natureza, os trabalhadores dão origem às ferramentas, às máquinas, as quais se caracterizam como objetos úteis às necessidades humanas e que acompanham o processo histórico do desenvolvimento humano e social. Em cada estágio desse processo, os homens desenvolvem ferramentas e máquinas que correspondem às necessidades vigentes, de modo que estas possibilitem uma redução do trabalho muscular, desde as mais simples, até as mais desenvolvidas. Assim sendo, as máquinas são meios que deveriam facilitar o trabalho humano, criadas pelo próprio homem (Pinto, 2005).

Nesse sentido, Pinto (2005) evidencia que o conhecimento e a capacidade projetiva humana são indispensáveis para a elaboração de máquinas. Entretanto, o autor pontua que a facilidade que as máquinas propiciam a execução do trabalho ao diminuir o esforço físico, traz, por outro lado, a necessidade de um esforço intelectual cada vez maior para dar prosseguimento a novas invenções mais eficientes e mais desenvolvidas. Assim, a criação de máquinas e de ferramentas que medeiam o trabalho humano devem ser entendidas dentro do processo evolutivo humano e das forças produtivas.

O acúmulo e a combinação de conhecimentos adquiridos pelos homens desde as fases iniciais de seu desenvolvimento são responsáveis pela criação e o funcionamento de máquinas cuja finalidade é realizar a técnica do trabalho humano. O homem ao construir maquinismos que realizarão seu trabalho físico, transfere sua capacidade produtiva para a máquina através de uma sequência de ações ordenadas, para que esta execute determinada técnica. Ou seja,

para pôr em prática o funcionamento de tais mecanismos, é necessário que o homem estabeleça um ordenamento de ações sequenciais que determinem as funções e o objetivo que se deseja alcançar. Nas palavras de Pinto:

Pelo aspecto dinâmico a máquina resume e prefigura uma sucessão de atos que, por levarem ao fim pretendido, explicam a forma a ela atribuída e as funções que deve exercer. A sucessão de atos representa a técnica de produção que tal máquina é capaz de realizar. Considerando válida esta proposição tanto para a máquina mais complexa quanto para a mais simples das ferramentas, ainda inseparável do corpo humano, compreenderemos que a noção de “técnica” assume posição central na reflexão sobre a atividade criadora efetuada pelo homem no mundo (Pinto, 2005, p. 203).

Ao construir novas máquinas e ferramentas voltadas para a substituição de seu trabalho, o homem coloca em prática técnicas conquistadas ao longo de sua evolução histórica e biológica. Para além disso, transfere para as máquinas criadas as técnicas utilizadas em sua construção, conforme prossegue o autor:

A técnica, de qualquer tipo, constitui uma propriedade inerente à ação humana sobre o mundo e exprime por essência a qualidade do homem, como o ser vivo, único em todo o processo biológico, que se apodera subjetivamente das conexões lógicas existentes entre os corpos e os fatos da realidade e as transfere, por invenção e construção, para outros corpos, as máquinas, graças aos quais vai alterar a natureza, com uma capacidade de ação imensamente superior à que caberia aos seus instrumentos inatos, os membros de que é dotado (Pinto, 2005, p. 204).

Portanto, é o pensamento humano que está por trás de toda e qualquer máquina, desde as mais simplistas até as mais modernas e com alta capacidade produtiva, as quais superam até mesmo a capacidade humana. Historicamente, a ação humana dá origem à técnica, que se complexifica a cada era histórica até chegar à modernidade, denominada “era tecnológica”², onde a produção está pautada majoritariamente em mecanismos tecnológicos (Pinto, 2005). Como destaca o autor, “em todos os tempos a técnica foi sempre o modo humano de resolver as contradições entre o homem e a realidade objetiva, e esta função que a define também terá de ser a característica da técnica do futuro” (Pinto, 2005, p. 246).

Ao entender a técnica como uma alternativa do homem aos obstáculos encontrados em sua relação com a natureza, no processo de produção dos bens necessários à sua existência, apreende-se o caráter social que a técnica possui. Em outras palavras, a técnica representa a

² De acordo com Pinto (2005, p. 104), “a expressão ‘era tecnológica’ refere-se a toda e qualquer época da história, desde que o homem se constituiu em ser capaz de elaborar projetos e de realizar os objetos ou as ações que os concretizam”.

ação do homem que, enquanto ser social e integrante de um conjunto social, a utiliza em favor da produção de seu desenvolvimento humano e social. Desse modo, a técnica por si só não representa perigo aos homens. Entretanto, o uso social que se faz desta poderá transformá-la em maléfica ou benéfica para a maioria dos homens (Pinto, 2005).

Em sociedades classistas, como a sociedade capitalista, os instrumentos e máquinas produzidas pelos homens tendem a ser apreendidas e utilizadas a favor de um grupo social minoritário e dominante. A maioria dos homens é estrategicamente afastada dos benefícios que a técnica possibilita, restando-lhe apenas o uso desta, por meio das máquinas e ferramentas, na realização do trabalho assalariado, contribuindo com a manutenção da minoria possuidora. Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista, ao se apropriar dos meios de produção, ou seja, das máquinas e, conseqüentemente, das técnicas desenvolvidas pelos homens, atribui à técnica um caráter negativo, como a responsável pela situação de exploração que o/a trabalhador/a vivencia (Pinto, 2005).

O caráter da técnica não se altera em diferentes formações sociais ou níveis de desenvolvimento técnico e produtivo, em todo o curso histórico, a técnica representa a ação humana para solucionar contradições na relação de transformação e atender suas necessidades e objetivos. A evolução tecnológica, portanto, representaria uma evolução nas formas de solucionar os conflitos pelos homens. Entretanto, Pinto (2005) destaca o jogo capitalista em reduzir a técnica à uma abstração ideal, a ação desenvolvida pela máquina, distanciando a existência de ambas da ação humana.

O isolamento, a abstração idealista, ao remover a máquina e a técnica correspondente do terreno material da produção econômica exigida pelos homens, apaga igualmente as relações reais que estes travam entre si, eliminando-as do círculo das cogitações sobre a tecnologia. Fica assim a técnica convertida em objeto de especulação pura. A máquina aparece suspensa no céu e os homens são imaginados seres quaisquer, indistintos entre si, mencionados para figurarem na relação ideal com os mecanismos (Pinto, 2003, p. 252).

Desse modo, a técnica é esvaziada de seu verdadeiro significado e transformada em meio de produção, enquanto mecanismo funcional à lógica capitalista, da mesma forma que os produtos finais produzidos tomam o sentido de bens materiais e de riqueza, possuída apenas por aqueles que detêm o controle dos meios de produção. Para tanto, são utilizados diversos mecanismos para separar a técnica da ação humana, transformando-a em algo, em um mero objeto, como a distorção de sentido do próprio termo, que passa a referir a pessoa que “detém” a técnica. Pinto (2005) fala sobre a figura do “técnico”, trabalhador que coloca

em prática a técnica, ou seja, realiza ações manuais com base em determinados conhecimentos. São trabalhadores/as considerados/as intelectualmente limitados/as, por executarem funções manuais, geralmente voltadas à manutenção de máquinas e equipamentos.

O autor enfatiza que:

A substantivação da técnica destina-se a realizar, de má-fé, a adjetivação do homem. Para os efeitos intentados pelos pensadores atrelados aos interesses dos grupos sociais poderosos, convém, mediante a antropomorfização da técnica, fazer passar para segundo plano o papel real desempenhado pelos homens, na verdade as massas trabalhadoras, na construção da história (Pinto, 2005, p. 264).

A distorção do verdadeiro significado da técnica retira a importância do papel desempenhado pelos homens no desenvolvimento histórico do processo produtivo, colocando as máquinas no papel central na produção e reduzindo os trabalhadores a “técnicos”, que manuseiam as máquinas a partir do conhecimento especializado sobre tais. Entretanto, somente o homem é capaz de produzir, as máquinas existiram sempre enquanto criações humanas.

Foi o homem que, pela acumulação de conhecimentos conquistados, achou-se em condições de conceber e construir máquinas nas quais incluiu mecanismos capazes de dar resultados similares aos que antes só podiam ser obtidos pelo exercício exclusivo de funções aparentemente privativas dele próprio (Pinto, 2005, p. 295).

Isto é, no modo de produção capitalista, apesar do rápido avanço tecnológico e desenvolvimento produtivo mediante a inserção de máquinas na produção, o trabalho humano não perde seu caráter essencial. Assim, para manter o controle sobre os trabalhadores, o sistema do capital utiliza a tecnologia como ferramenta.

Pinto (2005) apresenta quatro concepções sobre tecnologia: 1) a tecnologia como teoria da técnica enquanto modo de fazer; 2) a tecnologia enquanto sinônimo de técnica; 3) a tecnologia enquanto conjunto de todas as técnicas da sociedade, normalmente utilizada para definir o nível de desenvolvimento produtivo de uma determinada sociedade; e 4) a tecnologia enquanto ideologia da técnica. Em relação ao primeiro sentido, o autor destaca a importância de uma ciência que crie formulações teóricas acerca de seu significado e abrangência, ainda que a palavra possua outros significados.

O autor observa que concepções equivocadas acerca do significado de tecnologia possuem funcionalidade alienante, as quais favorecem os interesses das classes dominantes em detrimento da classe dominada. Ou seja, a teorização da técnica não está pautada na realidade da totalidade social, pois somente os técnicos poderiam formular teorias críticas acerca da temática, caso não estivessem sua visão de mundo limitada pela própria máquina. A classe dominante, porta-voz do modo de produção vigente, se utiliza da ideologia tecnológica para alienar os trabalhadores portadores da técnica de sua verdadeira situação.

Nessa perspectiva, a ideia de que o maquinário possui uma importância significativa na totalidade social é propagada de forma generalizada, tendo uma abrangência universal, atuando diretamente sobre a consciência da classe majoritária da sociedade, a classe trabalhadora, que não reconhece o caráter essencial da tecnologia e da técnica enquanto ação humana. O homem então passa a entender seu papel enquanto servidor da técnica e da tecnologia, retirando a responsabilidade do verdadeiro responsável pela exploração do trabalho humano, o capitalista, e convertendo-a para a máquina (Pinto, 2005).

A culpabilização da tecnologia pelas mazelas sofridas pela classe trabalhadora permite uma manutenção da situação, à medida que o compromisso de promover melhores condições de trabalho é transferido para o avanço tecnológico. Entretanto, “falta dizer, mas evidentemente está suposto, que os proprietários da maquinaria futura serão os mesmos da técnica desumana atual e os lucros vindouros, também eles o colheirão” (Pinto, 2005, p. 334). O aprimoramento tecnológico, com a construção de um grande número de máquinas e equipamentos complexos, não altera a condição de subordinação da classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, porque “toda técnica, seja a de um procedimento operatório, manual ou mental, seja a consubstanciada numa máquina fabril, está vinculada a exigências sociais de produção, sentidas pela comunidade e resolvidas pelo gênio individual” (Pinto, 2005, p. 347). Apesar de a evolução técnica representar o avanço da capacidade humana em responder às suas necessidades, ao nível de possibilitar a construção de mecanismos que realizam automaticamente suas ações no trabalho, a apropriação da técnica é tida pela classe que domina os meios de produção. Ou seja, ainda que as necessidades humanas e a produção sejam coletivas, o processo produtivo está direcionado para o atendimento das exigências dos detentores do poder. Assim, os homens expropriados desse processo têm acesso limitado aos produtos da evolução humana, usufruindo apenas do básico produzido coletivamente.

Pinto (2005) esclarece ainda que a equivalência dos termos “técnica” e “tecnologia”, em uma fase histórica considerada como “era tecnológica”, amplia o entendimento do que seria o trabalhador técnico, extinguindo os limites que definiam este como o produtor de

objetos úteis ao dar origem a diversos cargos denominados técnicos, almejando a participação ativa no cenário tecnológico.

Mesmo à custa de certa incômoda possibilidade de confusão com os antigos “técnicos”, quase todos operários em funções de categoria média, sendo raros os que, como engenheiros diplomados eram imediatamente colocados no estrato mais alto, a exigência atual de se apresentar na qualidade de participante ativa do progresso tecnológico, que ora invade o mundo, e é cada vez mais exigido pelo ambiente atrasado dos países em luta pelo desenvolvimento, leva uma crescente coorte de indivíduos de escassos ou nulos préstimos produtivos, egressos de faculdades jurídicas, de letras, economia, filosofia, já não falando de formas espúrias e inconfessáveis de falsa escolaridade, como “serviços sociais”, “relações humanas”, etc. a sentirem a necessidade de se paramentarem com a casula de “técnicos” (Pinto, 2005, p. 367).

A falsa impressão repassada pelos detentores da força de trabalho de que o avanço tecnológico permite a melhoria das condições de vida e de trabalho de todos, impõe sobre os trabalhadores que ocupam funções consideradas “não úteis”, por não produzirem objetos úteis, a vontade de ocupar uma posição relevante no processo evolutivo da sociedade. Assim, os mecanismos de submissão do trabalho estimulam a aceitação da posição de ser explorado pelos trabalhadores.

Estabelece-se um conchavo proveitoso para ambas as partes, o suposto profissional, aninhado à sombra de uma frondosa tecnologia, e o dirigente da repartição ou empresa, desejoso de dar a impressão de estar melhorando sua “tecnologia”, isto é, atualizando os processos de trabalho, racionalizando os serviços ou a produção (Pinto, 2005, p. 367).

Portanto, a evolução tecnológica no capitalismo atende às necessidades de aumento qualitativo e quantitativo da produção e a reprodução do sistema vigente. Ao longo da história das sociedades de classe, o progresso tecnológico não existiu em função dos interesses gerais da humanidade, menos ainda da classe trabalhadora, mas em função dos interesses e determinações da minoria dominante. Logo, em todas as fases do modo de produção capitalista, o uso de tecnologias, como exemplo o incremento da maquinaria no processo produtivo, possibilitou o aumento da concentração de lucro, ao mesmo tempo em que intensificou a exploração da força de trabalho. Para além disso, originou novas modalidades de trabalho, distintas da produção fabril, as quais tornaram-se igualmente exploradas, conforme será apresentado nas seções seguintes.

2.2 O desenvolvimento capitalista e o avanço tecnológico

A tecnologia representa o conjunto de técnicas existentes em uma determinada sociedade, mediando a relação de transformação da natureza pelo homem, à medida que é construída para solucionar as contradições encontradas no processo (Pinto, 2005). Nesse sentido, na perspectiva do autor, com o surgimento de contradições mais complexas, surgem também novas tecnologias, que substituem as anteriores, para atender e acompanhar as necessidades humanas e a produção material. Ao longo de alguns séculos, o desenvolvimento do modo de produção capitalista possibilitou um crescente avanço das forças produtivas e da tecnologia, em busca de responder às exigências do capital e possibilitar sua reprodução.

Enquanto sistema econômico vigente que rege as relações de produção e as relações sociais na sociedade contemporânea, o modo de produção capitalista se configura como um sistema de classes, cujo objetivo é a obtenção e o acúmulo de capital por meio da exploração do homem pelo homem. Para tanto, o capitalismo separa os homens dos meios de produção e os obriga a vender sua força de trabalho como forma de sobrevivência. Em “O Capital”, Marx (2013) destaca a separação dos meios de produção dos trabalhadores como característica fundamental do modo de produção capitalista desde a fase de acumulação primitiva do capital, período conhecido como “era pré-capitalista”³. Em suas palavras:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 2013, p. 515).

Iniciando-se na fase de acumulação primitiva do capital, a separação dos trabalhadores da propriedade privada dos meios de produção perdura por toda a história do capitalismo. Falcon e Moura (1986) explicam que esse processo de separação coloca de um lado os

³ Segundo Falcon e Moura (1986), o período histórico “pré-capitalista” está datado entre os séculos XIV e XV, com a degradação do modo de produção feudal e surgimento do capitalismo. Os autores apontam que esse período foi marcado por características específicas e significativas para a consolidação do modo de produção capitalista, dentre elas a acumulação primitiva de capital e a liberação de mão de obra.

capitalistas enquanto detentores dos meios de produção e de outro os trabalhadores como detentores apenas de sua força de trabalho, necessitando submeter a venda de sua força de trabalho como mercadoria aos capitalistas em troca de salário para manter sua sobrevivência. Em contrapartida, para os capitalistas essa dinâmica é vantajosa, considerando que, ao se apropriarem da força de trabalho, se apropriam também dos resultados obtidos ao fim do processo de trabalho exercido pelos assalariados, obtendo lucro e riqueza através do processo produtivo.

Braverman (1981) destaca que a apropriação da força de trabalho humana pelo capitalismo se dá devido à capacidade humana de produzir além do necessário, o que possibilita a expansão do capital. Ao ser submetido a um tempo ou intensidade maior de trabalho, o homem produz mais do que precisa para garantir sua subsistência e reprodução, produzindo um “trabalho excedente” do qual o capitalista se apropria. Para tanto, o autor pontua que:

Do ponto de vista do capitalista, esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual efetua-se a ampliação do seu capital. Ele, portanto, empreende todos os meios de aumentar a produção da força de trabalho que comprou quando a põe em ação. Os meios que ele utiliza podem variar desde obrigar o trabalhador a jornada mais longa possível, como era comum nos inícios do capitalismo, até a utilização dos mais produtivos instrumentos de trabalho e a maior intensidade deste (Braverman, 1981, p.58).

Nesse sentido, entende-se a incorporação das máquinas no processo produtivo como mecanismo utilizado pelo capitalismo para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, o acúmulo de lucro ou, em outros termos, de capital. A invenção de máquinas simples, ainda na era pré-capitalista, dá início a uma nova era do desenvolvimento capitalista, marcada pela Revolução Industrial⁴, cuja característica principal é a produção pautada na maquinaria.

A automatização do processo produtivo através do uso de máquinas representou uma mudança na base manufatureira que estruturava a produção da sociedade capitalista em seu estágio inicial. Na manufatura, a produção era baseada no trabalho manual do homem, o qual representava o centro da produção. Andrade (2021), a partir dos estudos marxianos, pontua que a manufatura se trata de “um processo de trabalho unitário fragmentado em operações

⁴ Souza, Melo e Gomes (2012) definem a Revolução Industrial como “um conjunto de transformações que ocorreram não só na indústria, mas nos transportes, comércio, etc. Representou, em suma, o processo de mecanização das indústrias e a efetivação do modo de produção capitalista, dividindo a sociedade em duas classes básicas: a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, que só possui sua força de trabalho” (Souza; Melo; Gomes, 2012, p. 73).

parciais, qualitativamente diferentes entre si, realizadas por cada trabalhador singular" (Andrade, 2021, p. 14). Ou seja, o trabalhador é submetido a realização fixa de uma única tarefa na produção de mercadorias, o que intensifica a divisão do trabalho e impulsiona o desenvolvimento da produção

Entretanto, apesar de a intensificação da divisão do trabalho na manufatura representar um avanço qualitativo na produção de mercadorias, limitava-se às habilidades e desempenho dos trabalhadores em suas funções, bem como às ferramentas pouco desenvolvidas disponíveis. As limitações da produção manufatureira representaram um impedimento ao desenvolvimento capitalista, o qual encontrou no desenvolvimento tecnológico, através da construção de máquinas, uma saída (Souza; Melo; Gomes, 2012).

De acordo com Falcon e Moura (1986), a divisão e especialização do trabalho já existentes na manufatura possibilitou a incorporação da máquina no processo produtivo, como forma de expandir e intensificar o processo de produção, utilizando uma quantidade menor de tempo. Cria-se, então, máquinas cuja finalidade é intensificar o trabalho humano e possibilitar o aumento da produção ao ampliar a capacidade produtiva da força de trabalho, sem precisar investir em mais trabalhadores, gerando assim uma intensificação da exploração da força de trabalho. Essa tendência se coloca como aspecto decisivo para o desenvolvimento das forças produtivas e avanço significativo no desenvolvimento capitalista.

A incorporação da maquinaria no processo produtivo dá início a uma nova era do desenvolvimento capitalista, marcada pela Revolução Industrial, período histórico em que se consolida o capitalismo em nível mundial. Apesar dos avanços capitalistas ao longo de alguns séculos, sua consolidação enquanto modo de produção maduro se dá somente no final do século XVIII e início do século XIX, com a Revolução Industrial e a expansão do capitalismo destruindo as sociedades que não se adaptassem a si. Conforme Lessa e Tonet:

Com o amadurecimento do modo de produção capitalista, essa forma de relação social se converte no padrão de relacionamento de todos os homens entre si. As sociedades que não conseguiram se integrar ao mercado são destruídas pelo capitalismo [...]; as outras, que o conseguiram, adaptaram as suas formações sociais para produzirem, venderem e comprarem mercadorias [...]. O mundo, assim, vai se convertendo em um mundo crescentemente sob a regência do capital, e este se revela como a potência universalizadora máxima jamais criada pela humanidade (Lessa; Tonet, 2011, p. 65).

Durante o período da Revolução Industrial, o capitalismo industrial se desenvolve em diversos países do mundo, tendo como principal característica o uso da maquinaria no

processo produtivo, que torna-se majoritariamente industrial. O denominado processo de industrialização marca o aumento produtivo nos mais diversos setores, como a indústria têxtil, a metalúrgica e de transportes, com a introdução de tecnologias mecânicas que aceleravam e aumentavam a produção (Falcon; Moura, 1986). O advento da maquinaria é utilizado pelo capitalismo com a finalidade de aumentar a produção e o acúmulo de mais-valia⁵.

Marx (2013) ao estudar sobre a maquinaria e a grande indústria, destaca que o incremento da máquina ao processo produtivo substitui a maior parte do trabalho anteriormente desenvolvido pelo homem. Para o trabalhador, resta apenas a função de colocá-la em movimento e vigiar seu funcionamento, corrigindo qualquer erro ou falha. Isso se dá devido a maior capacidade de produção que a máquina possui, realizando todas as etapas da produção em menor tempo.

A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem precisar da ajuda do homem, mas apenas de sua assistência, temos um sistema automático de maquinaria, capaz de ser continuamente melhorado em seus detalhes (Marx, 2013, p. 309).

Nesse sentido, a maquinaria traz avanços para o processo de produção capitalista ao diminuir o tempo necessário para a produção de mercadorias. No entanto, a força de trabalho humana contratada torna-se apenas mais uma ferramenta de trabalho nesse processo, perdendo a capacidade de participar do processo de trabalho em sua totalidade. A partir desse período, o trabalhador contratado passa a ser responsável apenas por uma parte do trabalho, atuando como força motriz da máquina e recebendo um salário em troca, em quantia inferior ao que produziu.

Ao longo do século XIX, a industrialização se complexificou e se consolidou enquanto atividade base do desenvolvimento capitalista, mediante a utilização da ciência no desenvolvimento tecnológico e industrial. Em seus estudos, Pinto (2007) esclarece que a partir do final do século XIX,

[...] a acumulação crescente de bens e capitais em posse do empresariado faz surgir outros ramos, dentre os quais as primeiras formas de financiamento de grandes investimentos na indústria, visando ampliar sua escala de produção, processo que resultou nos grandes monopólios e oligopólios transnacionais existentes atualmente em vários setores (Pinto, 2007, p. 16).

⁵ Na teoria marxista, a mais-valia, ou mais valor, refere-se ao valor excedente produzido pela força de trabalho ao trabalhar além do necessário para manter sua sobrevivência, o qual é apropriado pelo capitalista e origina o processo de acumulação de capital (Marx, 2013).

Esse período é marcado pela expansão e crescimento empresarial, o qual deu início aos denominados monopólios, acarretando problemas na organização e controle da força de trabalho (Braverman, 1981). Esse processo está na base da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista que, de acordo com Netto (1996b), a partir da teoria marxiana, ocorreu no final do século XIX e início do século XX mediante profundas mudanças econômicas e sociais, reverberando na estrutura social e política da sociedade como um todo.

Netto (1996b) pontua que a fase monopolista do capital eleva o sistema capitalista a sua maturidade histórica e o complexifica ao ampliar e aumentar suas contradições elementares e os processos mediadores responsáveis por sua dinâmica e reprodução, tendo como finalidade a maximização dos lucros a partir da fusão de empresas para o controle de mercado. O autor acrescenta que “a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*” (Netto, 1996b, p. 16, grifos do autor). Ou seja, ao consolidar seu objetivo primário, a fase monopolista do capital provoca modificações na dinâmica da economia capitalista, sendo uma delas a economia do trabalho vivo a partir do uso de novas tecnologias.

Assim, surge a necessidade de novas formas de organização do trabalho para dinamizá-lo e aumentar a produtividade, por meio de mecanismos que possibilitassem o aumento da qualidade dos produtos e a diminuição do tempo de trabalho em cada atividade realizada. Nesse contexto, Braverman (1981) destaca a introdução da gerência científica, isto é, o uso de métodos científicos na organização da produção e no controle do trabalho, tendo seu início marcado pelo uso do método taylorista. Esse método, denominado taylorismo, se configura como um sistema organizativo e de controle do trabalho na produção, por meio do qual há o controle do processo de trabalhado na execução de tarefas, desde as mais simples até as mais complexas, através da fixação das fases e formas de execução em todo o processo.

O taylorismo prevê a divisão do trabalho na produção e administração em atividades simples com funções pré-determinadas, de modo que sua execução seja desenvolvida de forma rápida e precisa, utilizando menos tempo em cada etapa. Desse modo, os trabalhadores são submetidos a funções específicas, com tempo de execução determinado, dependendo seu esforço físico e intelectual, seus conhecimentos e habilidades em uma única tarefa previamente definida, estando sob controle do empregador o ritmo e a intensificação do trabalho (Pinto, 2007).

Ao examinar os princípios que regem o método taylorista, Braverman (1981) apresenta a separação do trabalho intelectual do trabalho manual no processo de trabalho, retirando dos trabalhadores a capacidade humana de idealizar antes de executar seus objetivos. Torna-se, portanto, mais fácil controlar a força de trabalho humana, tornando desumano o processo de trabalho. Complementa o autor:

A consequência inexorável da separação de concepção e execução é que o processo de trabalho é agora dividido entre lugares distintos e distintos grupos de trabalhadores. Num local, são executados os processos físicos da produção; num outro estão concentrados o projeto, planejamento, cálculo e arquivo (Braverman, 1981, p. 112).

A separação do trabalho manual do trabalho intelectual, em conjunto com a subdivisão de tarefas, torna o trabalhador e o processo de trabalho ainda mais submisso ao controle do capital, retirando dos trabalhadores a capacidade de planejar suas ações e tornando-os especializados em funções específicas. O cenário da industrialização produtiva propiciou essa nova forma de organização do trabalho (Braverman, 1981).

Os elementos característicos do taylorismo deram base para o surgimento do fordismo⁶ no início do século XX, com novas características e um novo objetivo: alcançar um grande consumo de massas (Gounet, 1999). Atuando no ramo automobilístico, Ford buscava um sistema que permitisse a produção de um grande número de automóveis com o menor custo possível para vendê-los em massa. A partir da criação de uma linha de montagem, da padronização da produção e da fabricação de produtos em larga escala, dá-se início ao fordismo. Utilizando-se de ideais tayloristas, a organização do trabalho no fordismo partia da divisão técnica de tarefas e funções, onde cada trabalhador realizava atividades padronizadas, postos em um local fixo, para que a produção fosse também padronizada (Pinto, 2007).

Assim, ao percorrer uma linha de montagem, o produto passava por todas as etapas do processo de produção e era manuseado pelos trabalhadores responsáveis por cada etapa. Ou seja, os operários não se moviam para buscar as ferramentas e instrumentos necessários e realizavam sempre as mesmas ações, utilizando menos tempo em cada uma, até que o produto fosse finalizado e transformado em mercadoria. Tais aspectos nos permitem perceber como o avanço tecnológico no processo produtivo amplia a exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista, a partir da transformação do trabalhador em apêndice das máquinas, como já nos alertava Marx em seus apontamentos (Pinto, 2007).

⁶ Sistema organizativo da produção desenvolvido por Henry Ford após a criação de sua empresa, “Ford Motor Company”, em 1913 (Pinto, 2007).

A expansão dos modelos de organização produtivos taylorista/fordista se deu ao longo de várias décadas do século XX, estendendo-se por economias capitalistas centrais no período que envolveu as duas grandes guerras mundiais e o crescimento econômico que se deu após esse período (Pinto, 2007). De acordo com Antunes (2009), os primeiros sinais de desintegração desse sistema se deu entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, com o surgimento de um sistema onde o Estado realizava a mediação da relação entre capital e trabalho.

Pode-se dizer que junto com o processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de “compromisso” e de “regulação” que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado (Antunes, 2009, p. 40).

Nesse sentido, Paniago (2009), com base em Mészáros, ao evidenciar as crises constantes características do modo de produção capitalista, destaca que o próprio sistema busca formas de se reinventar e recuperar seu crescimento, conforme ocorreu após a crise de 1929⁷, quando o fordismo se tornou uma alternativa para a retomada do acúmulo de capital, mediante a intervenção do Estado e a influência do keynesianismo⁸. Netto (2009) pontua que durante esse período, devido ao acirramento da luta de classes e as barreiras encontradas pelo capitalismo em seu processo de crescimento, o Estado, capturado pelo capitalismo, assume a função de apaziguador dos conflitos de classe, tornando-se permeável à algumas demandas da classe trabalhadora por meio de políticas sociais.

Assim, a associação do keynesianismo com o fordismo foi responsável pelo acelerado crescimento da acumulação de capital, principalmente no período após os anos de 1945, no pós Segunda Guerra Mundial, através da elevação da taxa de lucro, expansão do capital internacionalmente, melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, entre outros (Behring; Boschetti, 2016). Entretanto, por volta da década de 1970, as possibilidades de crescimento do capitalismo com base no padrão taylorista/fordista se esgotam, devido a dois fatores

⁷ “Esse período também é conhecido como o da Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes” (Behring; Boschetti, 2016, p. 68).

⁸ Teoria desenvolvida por John Maynard Keynes que defendia a intervenção estatal na economia para retomar a produção e o crescimento capitalista (Behring; Boschetti, 2016).

fundamentais: colapso da acumulação econômica e o crescimento da luta de classes (Antunes, 2009).

A partir de então, tem-se início uma nova crise do capital, colocando para o capitalismo a necessidade de reestruturar seu sistema produtivo, utilizando formas flexíveis de acumulação e uma liberalização da economia e do mercado (Paniago, 2009). Concomitante a esse processo, avança o desenvolvimento tecnológico e produtivo, a partir da informatização e automatização da produção, mediante o aumento do uso de máquinas em detrimento do trabalho vivo (Netto, 1996b). A contratação de força de trabalho é reduzida com a ampliação de maquinismos e o aumento de funções exercidas por poucos trabalhadores.

No cenário de crise nos anos de 1970, novos modelos de organização do trabalho são requisitados, dentre eles o toyotista⁹. Com a implementação do modelo toyotista, a produção do trabalho é reorganizada e fundamentada em aspectos mais rápidos e flexíveis, onde os trabalhadores executam múltiplas funções devido ao enxugamento de postos de trabalho considerados improdutivos, ou seja, as que não produzem valor “como supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias etc., medida que se constitui em elemento central do toyotismo [...]” (Netto, 2009, p. 123). As características desse sistema atendem às exigências da nova ordem capitalista, marcada pela flexibilização em todos os aspectos, como o mercado de trabalho, mercado de consumo, entre outros (Pinto, 2007).

Diferente do modelo taylorista/fordista, a produção baseada no toyotismo buscava o aumento da produção e a produção de produtos diversificados. O objetivo é a máxima produção de diferentes modelos, repondo a medida que os modelos se esgotam, baseando-se na demanda. Assim, torna-se possível o manuseamento de diversas máquinas pelos trabalhadores no processo produtivo, provocando a flexibilização do trabalho e dos trabalhadores. Em caso de aumento da demanda, os trabalhadores trabalham por mais horas ou são contratados trabalhadores temporários (Gounet, 1999).

Com base nesse sistema, “nivelou-se” gradativamente o fluxo de produção ao longo das cadeias produtivas, com baixa formação de estoques nas empresas. A produção passou a ter, portanto, uma relação muito mais estreita com a demanda do mercado consumidor, possibilitando a pronta entrega e o estoque mínimo (Gounet, 1999, p. 61).

Desse modo, evita-se o risco de uma superprodução, com o acúmulo de mercadorias que poderiam não ser vendidas. Produz-se apenas o que o mercado demanda, na quantidade

⁹ Sistema de organização “desenvolvido na Toyota Motor Company, no Japão, desde os anos de 1950 [...]” (Pinto, 2007, p. 39).

necessária e suficiente, com a produção flexível tanto em relação à produção quanto ao processo de trabalho, intensificando o ritmo e o tempo de trabalho.

O padrão de acumulação flexível, presente no modelo toyotista, fundamenta-se em um avanço tecnológico e produtivo, diante da utilização de computadores na gestão e controle da força de trabalho nos processos produtivos. Conforme Braz e Netto (2006):

Essencial à reestruturação produtiva é *uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos*, determinado um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo. Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados à produção (Braz; Netto, 2006, p. 128).

Para além disso, a estrutura descentralizada da produção, com os trabalhadores executando diversas funções ao mesmo tempo, intensifica a exploração do trabalhador, à medida que não se contrata além do necessário, sem riscos de diminuir a produção, além de provocar consequências diversas no mundo do trabalho (Antunes, 2009). Entra na lista de mudanças a flexibilização das leis e direitos trabalhistas, a fragmentação da classe trabalhadora, a intensificação da precarização do trabalho, o aumento de empregos temporários e o crescimento do desemprego estrutural (Pinto, 2007).

No mesmo período, o cenário de crise pós década de 1970 possibilita o avanço de ideais neoliberais nos países de capitalismo central. O neoliberalismo responsabiliza o Estado pela crise desencadeada nos anos 70 do século XX, justificando que a atuação do Estado na economia através de políticas sociais aumentou seus gastos sociais e, por tanto, resultou em uma crise fiscal e inflacionária (Behring; Boschetti, 2016). Nesse contexto, o Estado passa então a ter uma atuação mínima na economia, abrindo margem para a autorregulação do mercado, de modo a atender as exigências do capital em seu processo de reprodução (Paniago, 2009). A autora destaca que:

As privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a transferência de funções públicas para setores públicos não estatais, a reforma da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária, as ações com o intuito de derrubar todas as barreiras legais para a penetração do capital em áreas agora atrativas à busca de lucro constituem o conjunto das medidas, bem como o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores através da perda de direitos, do desemprego, da precarização do trabalho e da redução do valor real dos salários (Paniago, 2009, p. 5).

O papel desempenhado pelo Estado continua o mesmo desde a origem do capitalismo: atender aos interesses do capital e favorecer a acumulação capitalista, independente de sua forma econômica, repassando para a classe trabalhadora as consequências das ações tomadas pelo capital nos períodos de crise. O resultado das ações neoliberais são expressos na crescente onda de desemprego, precarização do trabalho e redução dos direitos sociais e trabalhistas.

Paniago (2010) sinaliza como as medidas neoliberais atingem a classe trabalhadora, provocando uma crescente onda de pobreza por todo o mundo, atingindo até mesmo os trabalhadores empregados, que têm os salários reduzidos e condições precárias de trabalho. Ao mesmo tempo, há a perda e redução de direitos sociais anteriormente conquistados e o aumento da desigualdade social sempre presente na sociedade capitalista, condições diretamente relacionadas com um tipo de pobreza nascente resultante das novas formas de trabalho. A nova conjuntura se origina do processo de reestruturação produtiva iniciada pelo capital, conforme Behring e Boschetti (2016):

A reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal [...] têm provocado importantes reconfigurações nas políticas sociais. O desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho, a ampliação de oferta de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados aos direitos derivados de empregos estáveis (Behring; Boschetti, 2016, p. 133).

Em consonância com intervenção estatal na esfera econômica e o desmantelamento das políticas sociais impostas pela ideologia neoliberal, Lins (2010) destaca a captura da esfera dos serviços pelo modo de produção capitalista no movimento de recuperação de seu desenvolvimento e avanço. A autora pontua a transformação do setor de serviços em um mecanismo funcional ao capital, ao passo em que serviços vinculados a necessidades básicas tornam-se mercadorias, como por exemplo as áreas da saúde e educação, entre outros. Ou seja, serviços ofertados anteriormente pelo Estado, passam a ser responsabilidade individual e privatizadas, sendo acessados mediante processos de pagamento.

Os trabalhadores submetidos a essas condições precárias de vida e de trabalho se veem então forçados a buscar novas formas de manter sua sobrevivência, recorrendo à informalidade e trabalhando por conta própria, sem direitos e garantias trabalhistas. As contribuições de Amorim e Grohmann (2021) apontam que atrelado a isso está a ideologia neoliberal, que propaga a ideia do empreendedorismo como uma opção favorável para os que se tornem responsáveis pelas suas próprias condições de trabalho, isto é, os que trabalham por

conta própria poderiam alcançar um maior crescimento pessoal e econômico do que os que possuem vínculos trabalhistas.

Nesse panorama, o empreendedorismo se apresenta como uma alternativa viável financeiramente tanto para trabalhadores desempregados como para os que buscam formas de complementar a renda, ou até mesmo para aqueles que substituem vínculos formais de trabalho pela atividade empreendedora, por se sentirem livres das amarras do sistema do capital e responsáveis pelo próprio processo de trabalho. Esses fatores se fortalecem e intensificam na passagem para o século XXI, com o avanço tecnológico e a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de acumulação capitalista. No contexto atual, trabalhadores autônomos ou que ocupam postos de trabalho informais e/ou precarizados são entendidos como empreendedores. Entretanto, esse é só mais um mecanismo utilizado pelo capital para reduzir a responsabilidade com a classe trabalhadora, por meio de uma maior exploração da força de trabalho (Amorim; Grohmann, 2021).

Assim, entende-se que os avanços tecnológicos ao longo do desenvolvimento capitalista favoreceram o processo de valorização e acúmulo de capital, e continuam com a mesma função na conjuntura atual, por meio do uso das TIC e da plataformização do trabalho, como veremos adiante.

2.3 A lógica da plataformização do trabalho

Ao analisar a composição da classe trabalhadora, Antunes (2009) destaca as modificações ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva do capital, com o aumento do desemprego estrutural e do trabalho informal - sem vínculo empregatício. Com a introdução da máquina no processo produtivo, trabalhadores que ocupavam cargos especializados foram lançados ao desemprego ou, em diversos casos, ao subemprego, marcado principalmente pela precarização e flexibilização do trabalho. Ao mesmo tempo, há a redução e destruição de direitos trabalhistas, combinação que permite o fortalecimento do mercado de trabalho informal, do empreendedorismo e do trabalho autônomo. As consequências desse processo, impulsionado pelo avanço tecnológico, não se limitam ao âmbito da produção, se estendem para o setor de serviços.

De acordo com Antunes (2018), as alterações no mundo do trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital evidenciam os mecanismos utilizados para a contínua obtenção de lucro. Afirma o autor:

Uma análise do capitalismo atual nos obriga a compreender que as formas vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, ao mesmo tempo que expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores, que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados (Antunes, 2018, p. 77).

A tecnologia, apropriada pelo capitalismo como mecanismo de aumento de lucro e de capital, ao mesmo tempo que corrobora para a intensificação da exploração do trabalho e para o aumento da massa de trabalhadores desempregados, possibilita o surgimento de novas formas de exploração a partir da criação de variadas modalidades de subempregos. A lógica mercadológica do modo de produção capitalista avança para todas as áreas, “como se todos os espaços existentes de trabalho fossem potencialmente convertidos em geradores de mais-valor, desde aqueles que ainda mantêm laços de formalidade e contratualidade até os que se pautam pela aberta informalidade [...]” (Antunes, 2018, p. 78). As consequências desse processo impactam principalmente os trabalhadores inseridos na informalidade, os quais são submetidos a uma intensa precarização, haja vista a falta de condições mínimas para a execução de seu trabalho, bem como a falta de garantias contidas em contratos formais, como direitos trabalhistas e previdenciários.

A partir do século XXI, as denominadas Tecnologias da Informação e Comunicação, enquanto forma mais avançada de tecnologia, passam a compor o rol de ferramentas utilizadas pelo capitalismo em seu movimento de acumulação. De acordo com Amorim e Grohmann (2021, p. 10):

Destaca-se, por um lado, o advento das políticas neoliberais, as quais embasaram a introdução do modo de vida empreendedor, que se torna hegemônico pós-década de 2000, e por outro, a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos produtivos, permitindo a consolidação de novas práticas de gestão, controle e engajamento sobre o trabalho e sobre os trabalhadores.

A combinação dos ideais neoliberais e das TIC permitiu a criação de postos de trabalho aparentemente mais favoráveis aos trabalhadores em busca de alternativas ao desemprego, utilizando-se de plataformas digitais como intermediárias. Com o fortalecimento do neoliberalismo¹⁰, o empreendedorismo ganha uma nova roupagem e um papel central no controle da classe trabalhadora desempregada ao se colocar como uma alternativa ao desemprego, mascarando ocupações informais e autônomas como oportunidades de

¹⁰ Amorim e Grohmann (2021), baseados em Harvey, pontuam que o neoliberalismo propaga a ideia de que o bem-estar dos homens estaria vinculado à liberdade de desenvolver as capacidades individuais de empreender, por meio do livre comércio e mercado e da iniciativa privada.

empreender. De acordo com os estudos de Amorim et. al. (2021), o empreendedorismo está relacionado à mudanças e novidades, o que proporciona um aumento dos ganhos econômicos e sociais a partir de sua dinamicidade no mercado econômico¹¹. Os autores destacam que:

[...] a economia teria uma tendência a se comportar de modo estático, a partir de um fluxo circular, sendo o empreendedor o responsável por dar dinamicidade a esse movimento, realizando rupturas descontínuas: destruições criativas e, dessa forma, promover o desenvolvimento econômico. [...] Portanto, em sua formulação, o empreendedor seria, assim, identificado como o portador da mudança e da inovação (Amorim et. al., 2021, p. 3).

Mais à frente acrescentam:

Essa perspectiva é também corroborada e institucionalizada por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2001), o qual define o indivíduo empreendedor como aquele que possui uma atitude de inquietação, ousadia e proatividade que favoreceria a criatividade e que resultaria em ganhos econômicos e sociais (Amorim et. al., 2021, p. 4).

Tais características favoreceram o processo de naturalização e popularização do empreendedorismo como novo modo de relação mercantil em vários âmbitos da vida social, com o discurso de que possibilita a liberdade individual na execução do trabalho. Nesse sentido, segundo o que diz Tavares (2018), essa forma de trabalho aparece como novidade, pois possibilita que o trabalhador, a partir de sua autonomia ilusória, seja seu próprio patrão e fuja da subordinação que o assalariamento o coloca.

Essa “novidade”, orquestrada pela ilusão da autonomia do trabalho, foi ampliando o seu grau de abrangência e convocando cada vez mais trabalhadores para se tornarem patrões, fosse de alguém ou de si mesmos. À medida que a terceirização foi se espraiando mundialmente e em diferentes ramos da economia, a proposta de autonomia foi dando lugar ao que passou a ser conhecido como empreendedorismo, tornando-se imperativo convencer o trabalhador de que, para sobreviver, ele não precisava mais se subordinar ao capital (Tavares, 2018, p. 112).

Ainda de acordo com Amorim et. al. (2021), o neoliberalismo favorece a propagação da ideia do empreendedorismo como uma opção favorável para todos. Assim, os que se tornam responsáveis por suas próprias condições de trabalho conseguem melhores resultados e um maior crescimento pessoal e econômico. O empreendedorismo se coloca, então, como

¹¹ Os autores têm como base os estudos desenvolvidos por Max Weber e Joseph Schumpeter.

um modo de vida alternativo imposto pelo capitalismo aos trabalhadores, que precisam se adaptar às novas formas de trabalho características da fase financeira do modo de produção vigente.

Entretanto, as condições de trabalho que efetivam a execução do empreendedorismo por trabalhadores está diretamente relacionada com as determinações impostas pelo modo de produção capitalista. Ou seja, o empreendedorismo e a precarização do trabalho estão correlacionados, ao passo que este se torna um alternativa ao desemprego enquanto trabalho informal. Porém, apesar de todas as suas fragilidades, como condições de trabalho desprotegidas e precarizadas, transferência de toda a responsabilidade sobre o posto de trabalho para o próprio trabalhador, exploração intensificada da força de trabalho e a falta de proteção social e trabalhista, o empreendedorismo se coloca como uma novidade muito atrativa para trabalhadores desempregados.

Movido pela ilusão da autonomia, pela necessidade de fazer render o dinheiro aplicado e pelas promessas advindas das chamadas parcerias – inclusive as que personificam o Estado –, o sujeito empreendedor coloca no empreendimento toda a sua energia, não importando qual seja o tamanho da sua jornada de trabalho. Há um objetivo a ser alcançado e a crença de que, ao final, terá a independência desejada (Tavares, 2018, p. 114).

O cenário tomado pelo empreendedorismo é intensificado com a incorporação das TIC no mundo do trabalho e o surgimento de espaços digitais e automatizados como meios de trabalho, mediados por plataformas digitais e aplicativos, que utilizam ferramentas digitais e a internet para gerir a produção e o trabalho (Amorim; Grohmann, 2021). Nessa forma de trabalho, a liberdade e autonomia ilusória desempenham papel central, associadas ao ideário de ser chefe de si mesmo e, portanto, não compor mais a classe trabalhadora.

De acordo com Grohmann (2020), as plataformas digitais são infraestruturas que possibilitam a criação de produtos e serviços por usuários que interagem entre si, controladas por uma lógica algorítmica e modelos de negócios. Ou seja, regidas por algoritmos¹², as plataformas tornam-se ferramentas de extração de dados no capitalismo, que passa a tratá-los como recurso financeiro, apossando-se dos dados dos usuários. O autor destaca ainda as funcionalidades das plataformas digitais, que possibilitam tanto a realização de trabalhos como a comunicação entre seus usuários, interferindo no mundo do trabalho ao passo que possibilitam a circulação acelerada de capital.

¹² “Um algoritmo é uma unidade básica da área de computação voltado à resolução de problemas, um conjunto automatizado de instruções que transforma ‘dados em resultados desejados’” (Grohmann, 2020, p. 108).

A possibilidade da realização de trabalho em plataformas digitais provocou mudanças significativas no mundo do trabalho. A chamada plataformização do trabalho, por vezes denominada uberização¹³, diz respeito a realização de atividades laborais através de estruturas digitais, como aplicativos e sites de internet. “A crescente dependência de plataformas digitais para executar atividades de trabalho tem sido chamada de plataformização do trabalho” (Amorim; Grohmann, 2021, p. 17). Por meio das plataformas, as empresas medeiam a relação entre consumidores e prestadores de serviços, sem a condição de assalariamento, cobrando apenas um valor por realizar esse contato. Ou seja, há a diminuição dos custos com a força de trabalho ao mesmo tempo em que há o aumento dos lucros empresariais. Nas palavras de Luna e Oliveira (2022, p. 75):

Dentre as transformações que vêm ocorrendo no setor de serviços, observa-se cada vez mais a utilização da tecnologia, como é o caso dos trabalhos em plataforma, que as empresas recorrem ao trabalho digital como forma de baratear a força de trabalho e, conseqüentemente, aumentar seus lucros, controlar os trabalhadores e também como meio de burlar a legislação trabalhista ao se eximir dos encargos.

As empresas assumem a função de mediadoras entre os trabalhadores e os consumidores de seus serviços, por meio das plataformas, com o uso de equipamentos de comunicação online e digital, como computadores e smartphones. Aparentemente, dessa maneira, a relação entre prestador de serviço e consumidor se tornaria mais rápida e dinâmica, facilitando para ambas as partes devido a possibilidade de prestação e consumo de serviços especializados, independente de localização em espaço físico (Filgueiras; Antunes, 2020). Ao mesmo tempo, “afirma-se também que plataformas e aplicativos criam ambientes de trabalho mais atrativos para quem tem estilos diferentes de vida, sem a rigidez dos empregos tradicionais e assim facilitam a manutenção de mais de um emprego” (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 31). Ou seja, o discurso que acompanha essa nova modalidade de trabalho não transparece sua verdadeira essência, disfarçado pelas alegações neoliberais de que o trabalho autônomo favorece o crescimento pessoal e econômico.

Entretanto, em regra, essa modalidade de trabalho não contempla jornadas fixas de trabalho ou contratos trabalhistas com ganhos previamente definidos, prevalecendo nesses casos a execução autônoma de funções profissionais com ganhos flexíveis, que variam de acordo com as tarefas realizadas durante o tempo trabalhado. Tais condições criam a falsa

¹³ Grohmann (2020) explica que o termo “uberização” não contempla a variedade de atividades de trabalho desenvolvidas por plataformas digitais além da Uber. Portanto, prefere-se o termo “plataformização”.

sensação de liberdade e autonomia, cujo discurso é alimentado pela idealização de ser chefe de si mesmo e trabalhar onde e quando quiser, livre da rigidez de empregos formais (Amorim; Grohmann, 2021).

O trabalho realizado por meio de tecnologias digitais é atravessado pela precarização, insegurança e instabilidade, considerando a extinção da responsabilidade com aquisição e manutenção de ferramentas e meios de trabalho pelas empresas. Para além disso, em relações de trabalho informais, como ocorre no trabalho plataformizado, os riscos e os custos são atribuídos aos próprios trabalhadores, que não contam com as garantias e direitos trabalhistas contidos em empregos formais (Amorim; Grohmann, 2021). Nesse contexto, Filgueiras e Antunes apontam que:

Os assim chamados apps e plataformas digitais impõem os/as trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomo/as, sendo o trabalhador/a remunerado por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade) (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 32).

Os fatores listados explicitam a exploração do trabalho vivenciadas nessas formas de ocupação, posto que os trabalhadores necessitam de mais tempo para conseguirem arcar com todas as despesas de seu trabalho e conseguir uma boa remuneração ao final do dia. Em contrapartida, de acordo com os autores, as empresas que atuam por meios dessas plataformas se apropriam da mais-valia gerada pelos trabalhos, através do aumento das formas de obtenção de lucro e do controle do tempo de trabalho e do comportamento dos trabalhadores, inclusive por meio da extração de dados e informações gerenciadas.

Para além disso, o trabalho em plataformas digitais esconde, entre outros fatores, a vigilância constante e o controle da força de trabalho. Através dos algoritmos, as atividades desempenhadas são configuradas de modo que seja possível o:

[...] a) rastreamento e avaliação permanentes do comportamento e do desempenho dos trabalhadores; b) automatização de decisões por meio de algoritmos; c) menor transparência algorítmica, com os trabalhadores não tendo acesso ao conjunto de regras que regem os algoritmos [...] (Grohmann, 2020, p. 114).

Ou seja, toda a movimentação dos trabalhadores dentro das plataformas é vigiada e controlada pelas empresas mediadoras, graças a gestão algorítmica por trás de cada uma.

Além do controle do tempo gasto em cada tarefa, há a tomada automática de decisões pelos aplicativos, ditando o ritmo e a produtividade de cada trabalhador. A falsa liberdade e flexibilidade proporcionadas pelo trabalho autônomo ocultam, na verdade, regras implícitas nos termos de uso impostos pelas plataformas para os usuários, as quais permitem o controle e a supervisão dos trabalhadores ao registrar os movimentos realizados e ditar os próximos (Filgueiras; Antunes, 2020).

São exemplos desse controle: a determinação de quem pode ou não trabalhar, colocando sobre o trabalhador as condições que a plataforma impõe para aceitar seu cadastro e o estabelecimento, de modo unilateral, dos valores a serem recebidos. Filgueira e Antunes (2020) destacam a importância deste fator, por submeter o trabalhador a um maior tempo de trabalho caso o valor estabelecido seja baixo. Desse modo, a força de trabalho é controlada de acordo com as imposições do capital, direcionando as atividades de acordo com a demanda do mercado. Amorim e Grohmann (2021) evidenciam que formas de controle sobre a classe trabalhadora sempre existiram, “a novidade reside no uso de softwares para monitorar todas as atividades dos trabalhadores, especialmente em contexto remoto” (Amorim; Grohmann, 2021, p. 19). Sob novos mecanismos, trata-se apenas de uma atualização do controle sobre o processo de trabalho.

Diante disso, o que se percebe é um reinventar das formas de exploração utilizadas pelo capitalismo na busca desenfreada pelo lucro, usufruindo da TIC para avançar sobre os espaços virtuais sua lógica exploratória e destrutiva. Esse fenômeno, associado ao discurso neoliberal e empreendedor, empurra para os trabalhadores o trabalho digital, autônomo e informal como uma grande oportunidade de se tornar um empresário bem sucedido e alcançar a tão sonhada liberdade.

Outro fator relevante para a análise da plataformização do trabalho é a popularização da internet e das redes sociais e a transformação dessas plataformas em um espaço mercadológico, onde é possível a compra e a venda de produtos e serviços pelos usuários. De acordo com os estudos de Vieira e Bolaño (2014), o surgimento das redes sociais se dá com a popularização da internet e o avanço tecnológico, com as Tecnologias da Informação e Comunicação. Conforme os autores, a internet se caracteriza como um produto histórico do processo de transformação da informação, conhecimento e cultura em ferramentas de poder político e econômico, “constituindo-se em espaço de convergência para toda a produção cultural industrializada, para o comércio em geral e também para os indivíduos e grupos sociais, como grande plataforma de comunicação” (Vieira; Bolaño, 2014, p. 75). Ou seja, enquanto plataforma que possibilita a comunicação à distância, com as redes sociais, a

internet se converge em um espaço para o comércio em geral, além de sua função de permitir a reunião e interação entre indivíduos e grupos sociais.

Além disso, a internet possibilitou a criação de um novo tipo de mercadoria, a mercadoria audiência, utilizada pelo capitalismo como um fator em sua reprodução. De acordo com Vieira e Bolaño (2014):

[...] o desenvolvimento tecnológico que resultou na criação da Internet é apenas o primeiro elemento a ser considerado na definição do novo modelo de regulação das comunicações que ela representa. O segundo e crucial elemento é a adoção de uma forma de financiamento já conhecida da Indústria Cultural: a produção da mercadoria audiência, um produto intermediário comercializado num mercado intracapitalista, essencial na organização de um fator chave para a reprodução do capital monopolista, como é a publicidade (Vieira; Bolaño, 2014, p. 75).

Desse modo, torna-se possível o acúmulo e o rastreamento de informações sobre os usuários e potenciais consumidores, abrindo margem para uma conversão de grandes empresas para o meio digital. Isto é, através do monitoramento do comportamento dos usuários, são oferecidos produtos e serviços possivelmente compatíveis com suas necessidades e gostos, alimentando a lógica mercadológica do capital por meio de anúncios e vendas. Nas palavras dos autores:

O usuário é quem insere suas informações numa plataforma e é a quantidade desse tipo de informação que qualifica os bancos de dados. Assim, a mercadoria audiência pode ser bastante segmentada, como esperam os anunciantes. A empresa se apropria das informações pessoais fornecidas pelos próprios usuários tornando assim o trabalho intelectual de seus empregados mais eficiente no que se refere à elaboração de estatísticas, interfaces, algoritmos e outras ferramentas utilizadas na produção da mercadoria audiência (Vieira; Bolaño, 2014, p. 78).

Com o caráter inovador proporcionado pela internet, os sites de redes sociais, que podem ser entendidos como plataformas que abrigam perfis de indivíduos que têm interesses em comum e interagem entre si virtualmente, se tornam um novo espaço para o mercado (Vieira e Bolaño, 2014), de modo geral, e para o mercado de trabalho. Associado ao processo de flexibilização de postos de trabalho e intensificação da precarização do trabalho por meio das TIC, as redes sociais, que compõem essa nova forma de tecnologia, são utilizadas como campo de trabalho e meio para a venda de produtos e serviços. De um lado, as empresas anunciantes que se alimentam dos dados coletados por essas plataformas e, por outro, profissionais de diversos segmentos atuando por meio de redes sociais.

De acordo com Lins (2022), as redes sociais não representam apenas meios de comunicação, tornaram-se “ferramentas estratégicas para geração de novos negócios e valorização do serviço e/ou produto ofertado” (Lins, 2022, p. 2). Tornou-se comum encontrar perfis profissionais em redes como o *Instagram*, por exemplo, voltados para a venda de produtos e serviços específicos de suas áreas. Entretanto, conforme explicitado, as atividades desenvolvidas em plataformas digitais estão atravessadas pela precarização e flexibilização, favoráveis ao processo de acumulação de capital na exploração do trabalho no âmbito digital.

A autora acrescenta ainda que, “de maneira geral, as TICs mantêm os/as trabalhadores/as ‘conectados/as’ aos seus postos de trabalho seja de maneira on-line ou off-line, intensificando a jornada de trabalho e expandindo-a para a vida privada” (Lins, 2022, p. 3). Desse modo, vida privada e vida profissional se misturam, à medida que as redes sociais passam a representar um espaço de trabalho e não apenas meio de comunicação, entretenimento e lazer. Envolvidos pelo discurso das vantagens do empreendedorismo, o capital leva os/as trabalhadores/as a uma percepção de que, dessa forma, podem escolher de que forma irão trabalhar, o dia, o horário e os serviços que irão prestar, numa suposta autonomia desatrelada dos processos contraditórios que caracterizam a condição de ser classe trabalhadora. Põe-se em andamento uma modalidade de trabalho, em que a suposta autonomia proporcionaria o aumento da rentabilidade e sem a obrigatoriedade de uma hierarquia e rigidez organizacional, ao tempo, que também diminui ou retira a proteção social e trabalhista desses/as trabalhadores/as, aprofundando ainda mais a assimetria entre capital e trabalho.

As modificações ocorridas no mundo do trabalho por meio das TIC, assim como o crescente aumento da presença de profissionais especializados atuando nas redes sociais, por meio da venda de serviços e produtos, também pode ser constatado no exercício profissional de assistentes sociais. Esses profissionais passam então a utilizar as redes sociais como um espaço para o desenvolvimento de algumas atribuições e/ou competências profissionais, bem como para realizarem atividades que se apresentam como “novas” ao universo profissional, na medida em que tornam-se “infoprodutores”¹⁴ desde a prestação de serviços até a moderação de conteúdos, conforme será apresentado nas próximas seções.

¹⁴ De acordo com Galdino (2023), os termos “infoprodutos” e “infoprodutores” estão relacionados com o discurso do empreendedorismo digital e conceituam, respectivamente, produtos digitais, tais como e-books e cursos, entre outros, e profissionais que criam e vendem esses produtos no âmbito digital por conta própria. Esses profissionais também podem ser chamados de empreendedores digitais ou criadores de conteúdo.

3. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Nesta seção, apresentaremos as modificações ocasionadas pelo uso de Tecnologias da Informação e Comunicação no exercício profissional do Serviço Social, submetido às novas formas de trabalho precarizado apoiadas em tecnologias digitais. A partir da análise de como a lógica da plataformização do trabalho alcança o exercício profissional de assistentes sociais, buscaremos apontar a atuação em redes sociais enquanto medida tomada por inúmeros profissionais como alternativa à conjuntura marcada pela precarização e flexibilização de vínculos de trabalho formais.

Para tanto, trataremos primeiro sobre o crescimento do uso de plataformas digitais na realização do trabalho profissional de assistentes sociais com base em autores como Raquel Raichelis, Renato Veloso e Shellen Galdino, objetivando compreender de que forma a atuação profissional se desenvolve e se configura diante das novas modalidades de trabalho e de que forma o trabalho autônomo em redes sociais se coloca alternativa viável e frequentemente adotada.

Para compreender as configurações do trabalho realizado no meio digital, apresentaremos no segundo item dados de uma pesquisa sobre a presença de perfis profissionais do Serviço Social inscritos na rede social *Instagram*, buscando caracterizar a atuação de assistentes sociais nessa plataforma. É válido salientar que, para a pesquisa, foram selecionados perfis voltados para a venda de produtos e serviços especializados na área do Serviço Social e em políticas públicas, espaços de atuação dos profissionais, desconsiderando os que possuíam finalidades distintas.

3.1 A plataformização do trabalho no exercício profissional do Serviço Social

As transformações ocorridas no mundo do trabalho pela incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação no arcabouço tecnológico utilizado pelo capitalismo no movimento de acumulação de capital provocam consequências diversas para a classe trabalhadora. Com as TIC, o uso de plataformas digitais e aplicativos como novos mecanismos para o desenvolvimento de processos de trabalho é impulsionado, dando vida ao trabalho plataformizado, precarizado e flexibilizado.

Apesar de o progresso tecnológico representar o avanço das formas de acumulação utilizadas pelo sistema capitalista ao longo do tempo, são momentos de crise que propiciam a

intensificação desse processo. De acordo com Raichelis (2022), as crises características do sistema favorecem a criação de estratégias para o aumento da acumulação e extração de mais valor para sua própria reprodução. Nesse sentido, a pandemia da Covid-19¹⁵, a qual provocou uma crise sanitária que assolou diversos países ao redor do globo, impulsionou as formas de exploração do trabalho e extração de mais valor com base em recursos tecnológicos e digitais. Houve uma crescente automatização e digitalização de processos de trabalho, aumentando, assim, a substituição do trabalho vivo por sistemas digitais e automáticos.

De acordo com a autora:

Nesse processo, o capital incorpora as inovações e os avanços tecnológicos e científicos, especialmente as tecnologias microeletrônicas de base digital, que aceleram a produtividade do trabalho, provocam redução de trabalho vivo, ampliam a população sobrando para as necessidades médias de valorização do capital [...] (Raichelis, 2022, p. 35).

O cenário pandêmico de crise se coloca como meio favorável para a intensificação da exploração do trabalho, para o aprofundamento do desemprego e crescimento da informalidade, associado ao papel decisivo assumido pelas novas tecnologias¹⁶. A expansão de novas modalidades de trabalho precarizadas, realizadas virtualmente, como o teletrabalho e o trabalho remoto, se dá de forma rápida em todos os setores do mercado de trabalho, inclusive os espaços sócio-ocupacionais em que atuam os/as assistentes sociais (Raichelis, 2022).

O Serviço Social enquanto profissão partícipe da divisão social e técnica do trabalho sofre os impactos causados por esse fenômeno, à medida que assistentes sociais se encontram na condição de trabalhadores assalariados. Desse modo, a atuação profissional de assistentes sociais tende a incorporar as novas demandas do mercado de trabalho da mesma forma que o conjunto da classe trabalhadora. Nas palavras de Nogueira (2023):

O Serviço Social, não está alheio aos processos de transformação no mundo do trabalho. Ao contrário, a assistente social sofre diretamente as investidas do capital, implicando em desafios na sua vida cotidiana e no seu trabalho profissional [...] (Nogueira, 2023, p. 250).

¹⁵ Surto de propagação da Covid-19, doença provocada pelo coronavírus (SARS-Cov-2), em diversos países do mundo. A doença vitimou milhões de pessoas e foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no início do ano de 2020 (OPAS, 2020).

¹⁶ Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada no quarto trimestre de 2022, demonstram as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do advento da pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, com o aumento do uso de plataformas digitais para a realização de processos de trabalho (IBGE, 2023).

Os desdobramentos do avanço tecnológico e das novas modalidades de subempregos proporcionadas pelas TIC, marcadas pela intensa precarização e flexibilização do trabalho, atingem direta e indiretamente o trabalho de assistentes sociais, sobretudo a partir do período da pandemia do coronavírus. De acordo com Cavalcanti e Veloso (2024), “as plataformas, aplicativos, incentivos à utilização de bens próprios como ativos, refletem a fragilização e desproteção trabalhista nessa conjuntura, com rebatimentos, inclusive, no campo de atuação de Assistentes Sociais” (Cavalcanti; Veloso, 2024, p. 22). Os autores demonstram, a partir de estudos realizados acerca da pandemia da Covid-19, que o trabalho desenvolvido por assistentes sociais durante o período de crise sofreu alterações para se adaptar ao novo cenário dominado por tecnologias digitais.

Durante o período pandêmico, houve um crescimento considerável em relação ao trabalho realizado de forma on-line, através de plataformas digitais, por assistentes sociais, especialmente no âmbito da seguridade social. Dentre as atividades desenvolvidas pelos profissionais nesse período, os autores citam o atendimento remoto, com videoconferências, os teleatendimentos e as teleperícias, mencionados em publicações e orientações lançadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2020 (Idem, 2024). Entretanto, apesar de essas novas formas de trabalho viabilizarem o atendimento aos usuários em situação de isolamento social, as consequências para os profissionais foram diversas. Para Raichelis (2022), os atendimentos remotos:

[...] ampliaram jornadas de trabalho sem remuneração, intensificaram e invadiram as fronteiras dos espaços de vida e de trabalho de assistentes sociais, transferiram custos às/aos próprias/os trabalhadoras/es, além de trazerem maior impacto sobre a vida das mulheres, pois, na tradicional e patriarcal divisão sexual do trabalho, são elas que continuam assumindo a responsabilidade pelas atividades de cuidado e de reprodução social nos espaços da vida privada (Raichelis, 2022, p. 43).

Ou seja, os aspectos negativos das novas modalidades de trabalho viabilizadas por plataformas e tecnologias digitais, sobretudo na época da pandemia, reverberaram no trabalho de assistentes sociais. No entanto, as consequências desse processo não acabaram junto com a pandemia, continuam repercutindo no exercício profissional da categoria até os dias atuais. Entre outros obstáculos desencadeados em todos os âmbitos da vida profissional, estão a violação e a destruição de direitos trabalhistas (Idem, 2022).

De maneira geral, ao apresentar as consequências sofridas pelo Serviço Social com a precarização do trabalho, Nogueira (2023) destaca os efeitos causados nas condições de

trabalho dos assistentes sociais, como a fragilização e flexibilização de vínculos contratuais ou, em alguns casos, a inexistência destes. De acordo com a autora, “se torna crescente a requisição de serviços individuais das assistentes sociais (‘pejotização¹⁷’) por empresas, assessorias e organizações não governamentais para prestação de serviços públicos” (Nogueira, 2023, p. 259). Para tanto, a subcontratação se configura como um aspecto importante para a análise, onde assistentes sociais passam a ser contratados/as como prestadores de serviços devido à transferência da execução de políticas e serviços sociais para a iniciativa privada.

Em seus estudos, Paltrinieri (2023) evidencia que na atualidade há um crescente aumento de variadas formas de subordinação do trabalho às exigências do capital, sem a presença de vínculos de trabalho por meio de contratos e, conseqüentemente, sem direitos trabalhistas. A terceirização é um exemplo, pois afasta os trabalhadores dos empregadores devido a inexistência de contratos formais de trabalho, processo resultante da reestruturação produtiva do capital. Em relação aos efeitos sofridos por assistentes sociais, se destaca a ampliação de subcontratações, nas quais os profissionais são contratados individualmente para prestar serviços autônomos, seja de forma temporária ou por projeto. Nas palavras da autora:

Quanto ao mercado de trabalho do Serviço Social, ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais (pejotização e uberização) por parte de empresas de serviços ou assessoria, de organizações não governamentais, de falsas cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, configurando-se o trabalho profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais (Paltrinieri, 2023, p. 278-279).

Neste sentido, tais modalidades de trabalho precarizadas enfrentadas pelos profissionais se tornam mais recorrentes devido às mudanças ocorridas na gestão de diversas áreas de políticas sociais, com as parcerias entre instituições estatais e privadas. Esse processo se materializa com a terceirização da administração de serviços públicos, que permanecem no âmbito do Estado, mas passam a ser gerenciados por intermédio de empresas e instituições privadas, as quais se tornam responsáveis pela contratação de trabalhadores (Idem, 2023). Desse modo, as novas formas de organização e contratação da força de trabalho não se resumem a uma única área de atuação de assistentes sociais, de modo que:

¹⁷ Forma de contrato para a prestação de serviços individuais por meio de Pessoa Jurídica, ou seja, com uso de CNPJ, caracterizando uma relação entre empresas.

[...] assistentes sociais subcontratados, terceirizados experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida (Paltrinieri, 2023, p. 279).

As nuances da precarização do trabalho afetam, inclusive, profissionais contratados formalmente, os quais lidam diariamente com exigências cada vez maiores e complexas, assim como a insegurança em relação ao próprio emprego e salário (Idem, 2023). Nesse panorama, Raichelis (2022) ressalta que profissionais com vínculo empregatício formal passam por diversas modificações na execução de suas funções, como a padronização e simplificação de atividades devido ao uso de computadores e equipamentos informacionais-digitais. Um exemplo é o preenchimento de formulários de maneira automatizada, através de uma tela, não permitindo alterações nas informações que deverão ser registradas. Considerando os aspectos expostos, a insegurança profissional reside na facilidade em ser substituído por outros trabalhadores ou por sistemas informacionais, à medida que as especificidades do trabalho são extremamente simplificadas. Em outras palavras:

Quanto mais rotineiras e padronizadas as tarefas desempenhadas por assistentes sociais nos espaços ocupacionais em que se inserem, mais facilmente poderão ser substituídas por sistemas informatizados conduzidos por pessoal treinado, com menor nível de qualificação e salários mais baixos (Raichelis, 2022, p. 54-55).

Além dos fatores mencionados, a questão salarial é outro elemento que deve ser levado em consideração. De acordo com Nogueira (2023), com base nos dados do relatório final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais, desenvolvida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2022 para avaliar as condições de trabalho de assistentes sociais, o ganho salarial dos profissionais que participaram da pesquisa não correspondia às funções desempenhadas por aqueles que ainda possuíam vínculo empregatício, além da instabilidade financeira dos prestadores de serviço. Em relação aos trabalhadores empregados, a autora destaca ainda que, conforme expressam os dados, o ganho salarial da maioria não condizia com a condição de profissionais de nível superior. Nesse sentido, tem se tornado comum a busca de assistentes sociais por alternativas para a situação de precarização e flexibilização do trabalho, ou do desemprego sofrido por uma parcela significativa da categoria profissional.

Em paralelo com o uso das TIC no cenário atual do mercado de trabalho, o trabalho autônomo em plataformas digitais, como as redes sociais, se coloca como uma tendência para esses profissionais¹⁸. Associado aos ideais neoliberais e empreendedor, “[...] o trabalho em plataformas digitais vem se constituindo como uma forma rentável de venda de serviços e produtos” (Lins, 2022, p. 9), sob o manto da suposta autonomia e controle sobre o próprio trabalho. Em conjunto com o discurso da autonomia, apropriado de maneira equivocada pelo sistema do capital, está a ilusão de um retorno financeiro considerável, à medida que não existe chefia direta e o próprio profissional se torna responsável por todo o trabalho. Diante das diversas dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho formal, o trabalho autônomo é tido como aliado na busca pelo complemento financeiro, apesar da informalidade e da precarização ocultas nessa forma de ocupação.

Nesse sentido, a ideia do trabalho autônomo em redes sociais como alternativa para profissionais desempregados em busca de algum tipo de renda alimenta o crescente número de perfis voltados para o exercício profissional no meio digital. A partir da popularização das redes sociais e a transformação destas em um novo espaço mercadológico, a presença de perfis profissionais de várias áreas em diversas redes sociais tem se tornado cada vez mais comum. De acordo com Barreto et. al. (2022), a atuação por meio de redes sociais aparece com uma opção atraente e, aparentemente, favorável devido às facilidades oferecidas, como a execução autônoma do trabalho e a conquista de ganhos e lucros.

Com o uso das redes sociais como vitrines para a venda de produtos e serviços, a divulgação do próprio trabalho se torna muito mais viável, aliado ainda a velocidade do compartilhamento e busca por informações que as ferramentas digitais possibilitam.

Hoje as mídias digitais são um espaço não apenas de entretenimento, mas de busca por informação. Tornam-se um espaço estratégico utilizado por empresas, profissional e até mesmo órgãos públicos, para divulgação, socialização de informações e publicização de serviços ou produtos (Barreto et. al., 2022, p. 25).

Esse cenário proporciona um grande aumento do uso de mídias sociais por profissionais, que passam a migrar para as redes sociais como estratégia de trabalho e forma

¹⁸ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em suas contribuições para o debate acerca do trabalho profissional do período da pandemia da COVID-19, caracteriza a autonomia enquanto princípio profissional imprescindível para o/a assistente social em seu exercício profissional. De acordo com a entidade, “[...] só profissionais do Serviço Social podem definir procedimentos técnicos adequados às situações que demandam o trabalho profissional” (CFESS, 2021, p. 75). Portanto, a autonomia profissional está submetida à normas éticas e legais, com contornos mais complexos, relacionados às normativas profissionais que devem ser seguidas e que são frutos de construções coletivas (CFESS, 2021).

de sobrevivência às dificuldades encontradas no exercício profissional. Assim, as mídias sociais deixam de ser meramente um meio de comunicação e entretenimento para funcionarem também como uma forma de trabalho plataformizado e precarizado, onde há a comercialização de variados produtos e serviços especializados. Ou seja, se tornam meios de trabalho, sem vínculos ou garantias de direitos (Lins, 2022).

Conforme os estudos de Lins (2022), a presença de assistentes sociais nessas redes é crescente, sendo de fácil localização e acesso aos perfis profissionais existentes em redes como o *Instagram*, por exemplo. A autora destaca que as funções e atividades realizadas nas redes são diversas, variando desde a venda de cursos, até a venda de serviços especializados, como orientações e ou mentorias relativas ao exercício profissional em determinada área de atuação, por exemplo. De acordo com a autora:

É possível encontrar também, páginas nas redes sociais que utilizam esse espaço virtual para orientar sobre os direitos sociais, e de que forma os serviços sociais públicos devem ser acionados diante das demandas sociais, principalmente no que se refere às questões no âmbito da seguridade social (Lins, 2022, p. 10).

Ou seja, a atuação de assistentes nas redes sociais visam, a princípio, a divulgação de informações e conteúdos vinculados à profissão, como a divulgação de direitos sociais e de como acessá-los, bem como o uso de ferramentas digitais no combate à desinformação, facilmente propagada em meios digitais pela velocidade de compartilhamentos. Nesse contexto, Barreto et. al. (2022) acrescenta que:

O trabalho profissional do Serviço Social em relação ao processo de aproximação necessária com a tecnologia da informação e comunicação, faz-se necessário, inicialmente, situar que a informação é entendida enquanto um instrumental técnico-operativo, com implicações éticas e tem direcionamento político (Barreto et. al., 2022, p. 30).

O uso de recursos tecnológicos pelo Serviço Social teria, inicialmente, o sentido de favorecer e facilitar o exercício profissional, seja no aprimoramento de conhecimentos ou na divulgação de informações pertinentes à população como um todo e, particularmente, aos usuários de serviços sociais. De acordo com Veloso (2011), assistentes sociais fazem uso de tecnologias de informação em seu trabalho profissional como um instrumento potencializador do processo de trabalho, com a finalidade de executar o projeto profissional. Conforme uma pesquisa realizada pelo autor com assistentes sociais, essas tecnologias agilizam e dinamizam

as tarefas desenvolvidas, além de facilitar a comunicação e o acesso a informações, dentre outros fatores.

Com base nas informações coletadas na pesquisa, é possível verificar que o recurso tecnológico:

[...] pode desempenhar um papel importante para o Serviço Social, constituindo-se como um elemento potencializador do trabalho em três aspectos principais: agilização do trabalho e dinamização do atendimento, organização e tratamento de dados; e o uso de redes e da Internet (Velo, 2011, p. 80).

Tanto a internet como as redes sociais servem de mediação para os profissionais do Serviço Social, quando utilizadas como um recurso favorável à socialização de informações úteis à população, seja durante os atendimentos com usuários das políticas e serviços ou em perfis públicos nas redes, por meio de publicações informativas. Entretanto, as atividades desempenhadas por assistentes sociais nas redes sociais vão além da divulgação de informações de forma gratuita, há também a oferta de serviços e produtos pagos, com o objetivo de obter retorno financeiro. Galdino (2023) destaca que, cada vez mais, “assistentes sociais têm buscado viabilizar seu trabalho através das plataformas sociodigitais como criadores de conteúdos, gratuitos ou não, o que passa a ser encarado como possibilidade de mudanças da rotina [...]” (Galdino, 2023, p. 50). Para a autora, o espaço virtual é tido como um espaço sócio-ocupacional para assistentes sociais, o qual exige habilidades profissionais semelhantes às desempenhadas fora do ambiente virtual, com certas especificidades e particularidades.

Assim, o trabalho em plataformas digitais, por exigir os mesmos conhecimentos necessários em outras áreas, pode ser compreendido como um espaço de trabalho para os profissionais do Serviço Social, em parte por se tornar um meio de retorno financeiro, em parte porque os espaços sócio-ocupacionais se modificam de acordo com a dinâmica histórica da sociedade (Galdino, 2023). Ou seja, as particularidades encontradas nesse meio configuram as redes sociais como um meio de atuação por acompanharem o movimento do mercado de trabalho. Em contrapartida, é válido destacar que o objeto de atuação do Serviço Social nas redes sociais se diferencia da atuação em políticas públicas sociais, haja vista a finalidade prioritária da comercialização de materiais produzidos, em detrimento de respostas às demandas relacionadas às expressões da “questão social”¹⁹. Ainda assim, considerando o movimento crescente de uso das redes sociais enquanto espaço de atuação profissional

¹⁹ De acordo com Netto (1996a), a “questão social” corresponde ao conjunto de expressões das desigualdades e problemas econômicos, políticos e sociais resultantes da contradição entre capital e trabalho.

diversificado, não é de se estranhar a existência de muitos assistentes sociais atuando no meio digital.

De acordo com uma pesquisa desenvolvida por Barreto et. al. (2022), existe uma quantidade significativa de perfis profissionais de assistentes sociais na plataforma digital Instagram, cujas finalidades variam de perfil para perfil. Os estudos acerca do trabalho realizado em redes sociais as coloca como ferramentas importantes para o marketing de negócios, além do grande alcance a diversos consumidores, haja vista a quantidade de usuários presentes nas redes. Desse modo, o espaço digital representa um espaço central no ramo dos negócios e vendas de respostas especializadas a demandas individuais (Lins, 2022).

Conforme Galdino (2023, p. 94), “qualquer profissional especialista pode se tornar um infoprodutor, lançando cursos, e-books ou treinamentos que ensinam as pessoas sobre o seu conhecimento e expertise”. Ou seja, grande parte do conteúdo gerado por esses perfis está vinculado a experiências e conhecimentos próprios dos administradores por trás de cada conta, conhecimentos estes adquiridos ao longo do tempo de exercício profissional em determinadas áreas. O movimento empreendedor por trás do crescimento desses perfis é alimentado por uma aparente autonomia e controle sobre o próprio trabalho, por decidirem o que e como divulgar e vender.

Nesse panorama, as ponderações de Barreto et. al. (2022) demonstram as facilidades encontradas nessas redes sociais para a realização de trabalhos profissionais, especialmente o Instagram, que oferece ferramentas específicas para contas criadas como empresas, voltadas para venda e comércio. Através dessas ferramentas, o contato com usuários consumidores é facilitado, assim como a possibilidade de expansão desses perfis, ao permitir o aumento do alcance da conta. Em consonância com o que diz o autor, Galdino (2023) esclarece que as plataformas digitais se adaptam às novas demandas impostas pelo mercado, facilitando a venda de produtos e serviços virtuais. Essas plataformas possuem tecnologias específicas que facilitam a venda e a compra de produtos, à medida que ficam responsáveis por questões e problemas técnicos e os profissionais se dedicam a criação dos conteúdos centrais de seus materiais.

Contudo, apesar de ser tido como favorável e facilitador para o ganho ou aumento de renda, o trabalho em redes sociais é atravessado por diversas contradições. Ao mesmo tempo em que é necessário um maior tempo de trabalho na execução de tarefas, há a exigência da criação constante de estratégias de marketing para manter o engajamento e conquistar novos seguidores clientes. Além disso, existem profissionais com duplas jornadas de trabalho, os quais necessitam associar o trabalho nas redes com o trabalho formal (Barreto et. al.,2022).

Ou seja, o trabalho desenvolvido no digital requer conhecimentos e habilidades específicas para certa garantia de sucesso.

Ainda assim, há uma gama de perfis que ofertam serviços e produtos relacionados ao Serviço Social no *Instagram*. A partir de uma pesquisa exploratória realizada na plataforma entre os anos de 2022 e 2023, com o objetivo de analisar os conteúdos disponibilizados por perfis relacionados ao Serviço Social, foram identificados perfis com um grande número de seguidores e alcance, voltados para várias áreas de atuação de assistentes sociais, como as áreas da saúde, da educação, da assistência social, do sócio jurídico e formação profissional. Devido a variedade de temáticas abordadas e produtos ofertados, o público-alvo muitas vezes incluía profissionais de outras áreas presentes em políticas sociais. Para além disso, foi possível identificar a variedade de finalidades desses perfis, desde a oferta de materiais em formato de pdf, como *e-books*, até consultorias e mentorias realizadas virtualmente, ou cursos de capacitação e especialização profissional.

Observa-se então que, assim como os demais profissionais, os/as assistentes sociais também enfrentam as contradições inscritas nas formas de exploração do trabalho e extração de mais-valia, como o trabalho plataformizado, por exemplo. Nesse sentido, embora seja entendida como uma alternativa à precarização e ao desemprego tomada por inúmeros trabalhadores especializados, a atuação em redes sociais atende a lógica do capital. Em relação ao Serviço Social, esta prática vem sendo gradativamente adotada por diversos profissionais da área, conforme apresentam os dados da pesquisa desenvolvida, exposta a seguir.

3.2 Caracterização da atuação dos/as assistentes sociais no *Instagram*

A partir de um projeto de pesquisa de Iniciação Científica²⁰, foi realizada uma pesquisa exploratória entre os anos de 2022 e 2023, com o objetivo de analisar a presença de profissionais do Serviço Social nas redes sociais e a utilização destas como espaço e ferramentas de trabalho. Para tanto, foi necessário realizar um mapeamento de perfis profissionais no *Instagram* voltados para a venda de produtos e serviços especializados na

²⁰ O desenvolvimento da referida pesquisa é fruto de uma primeira experiência de Iniciação Científica, a partir da participação como aluna colaboradora no projeto de pesquisa intitulado “Os impactos da plataformização do trabalho no exercício profissional do Serviço Social”, voltado para o estudo do conteúdo de perfis profissionais do Serviço Social no *Instagram* e no Youtube. A continuação dos estudos se deu após o ingresso como aluna bolsista em um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, intitulado “Os desafios do acesso e das intervenções profissionais nas políticas sociais diante das tecnologias de Informação e de comunicação (TIC)”, desenvolvido por três universidades públicas federais (UFAL, UFRJ e UFSC).

área do Serviço Social ou em áreas relacionadas ao exercício profissional de assistentes sociais. A busca pelos perfis profissionais para a análise se deu através da pesquisa por termos como “Serviço Social”, “assistente social” e “seso”, abreviação para Serviço Social, na ferramenta de busca da plataforma, identificando facilmente dezenas de perfis existentes devido a familiaridade que os termos proporcionam aos interessados na temática.

Para o estudo, foram selecionadas e analisadas 20 (vinte) perfis inscritos no *Instagram* administrados por assistentes sociais, profissionais graduados no curso de Serviço Social, dos quais 9 (nove) realizaram a graduação em instituições privadas, 6 (seis) em instituições públicas federais, 3 (três) em instituições públicas estaduais, 1 (um) em instituição pública municipal e 1 (um) não foi possível identificar a instituição de ensino superior em que o profissional concluiu o curso de graduação.

Para a seleção dos perfis, foram utilizados como base alguns critérios pré-estabelecidos, tais como: o alcance de cada perfil, a área de prestação do serviço ou produto, os produtos ofertados, o público alvo, a finalidade do perfil, presença em outra plataforma digital, a modalidade do perfil (síncrono ou assíncrono), emissão de certificados, a durabilidade do acesso e a possibilidade de download dos produtos adquiridos. O estabelecimento de critérios para a seleção dos perfis se deu como guia para identificar aqueles voltados para a comercialização de serviços e produtos, foco da pesquisa desenvolvida, desconsiderando os perfis informativos ou focalizados no compartilhamento de rotinas de estudos, memes e dicas sobre a profissão do Serviço Social.

No que se refere ao tempo de formação profissional dos administradores dos perfis, pode-se observar uma variação nos registros de conclusão do curso de graduação em Serviço Social do ano de 2004 até o ano de 2021, com 2 (duas) formações em 2004 e 2 (duas) formações em 2021. Quanto aos administradores dos demais perfis, 3 (três) se formaram no ano de 2017, o qual soma a maioria dos profissionais que se graduaram no curso, seguido dos anos de 2013, 2015 e 2016, com duas formações por ano. Já os anos de 2007, 2009, 2012, 2014, 2018 e 2019, registraram apenas uma conclusão de curso em cada ano. Não foi possível identificar o ano de formação do profissional responsável por um dos perfis selecionados. Nota-se que todas as formações registradas se deram após os anos 2000, coincidindo com o período de popularização da internet e do rápido avanço de aparatos tecnológicos nos anos seguintes.

Com base nos dados coletados, observou-se que há uma variação no número de seguidores dos perfis analisados, influenciando, conseqüentemente, no alcance e popularidade de cada um. Além disso, os dados apontam um crescimento na criação de perfis profissionais

na plataforma no ano de 2020, primeiro ano da pandemia da Covid-19, em relação aos anos anteriores, conforme quadro (Quadro 1) apresentado a seguir, organizado em ordem crescente pelo ano de criação.

Quadro 1: Perfis profissionais do Serviço Social no Instagram

Perfis	Ano de criação	Número de seguidores	
		2022 - 2023	2024
Perfil 1	2016	15,3 mil	38,8 mil
Perfil 2	2016	113 mil	138 mil
Perfil 3	2017	9.603 mil	11,7 mil
Perfil 4	2018	39 mil	47,1 mil
Perfil 5	2019	21,2 mil	28,5 mil
Perfil 6	2019	17,6 mil	24,9 mil
Perfil 7	2019	21,5 mil	23,8 mil
Perfil 8	2019	9,117 mil	9,778 mil
Perfil 9	2019	12,3 mil	15,1 mil
Perfil 10	2020	31,2 mil	47,3 mil
Perfil 11	2020	46,8 mil	96,3 mil
Perfil 12	2020	29,7 mil	33,8 mil
Perfil 13	2020	6,315 mil	18,2mil
Perfil 14	2020	3.599 mil	8.210 mil
Perfil 15	2020	9.415 mil	13 mil
Perfil 16	2020	2.510 mil	2.611 mil
Perfil 17	2021	1,596 mil	2.329 mil
Perfil 18	2021	2.834 mil	2.975 mil
Perfil 19	2022	49,3 mil	60 mil
Perfil 20	2023	26,2 mil	30,2 mil

Fonte primária: elaboração própria

Os dados expostos no quadro acima demonstram que o período pandêmico, mais especificamente o ano de 2020, proporcionou um aumento do uso do *Instagram* como meio de compartilhamento de informações e espaço para a realização de trabalho autônomo. Com o exponencial aumento do uso das redes sociais no referido período, somado às facilidades que a plataforma oferece para a comercialização de produtos e serviços digitais, diversos profissionais do Serviço Social encontraram no *Instagram* uma alternativa para a realização do exercício profissional. É válido ressaltar que, apesar de haver uma rápida expansão no uso de Tecnologias da Informação e Comunicação em processos de trabalho realizados por meios de redes sociais a partir do ano de 2019, os dados expõem que essas tecnologias já se apresentavam nesses espaços desde 2016, ano em que 2 (duas) das 20 (vinte) contas analisadas foram criadas.

Nota-se ainda que no período de 2022 a 2023 a quantidade de seguidores de 60% dos perfis analisados ultrapassava o número de dez mil seguidores, subindo para 75% em 2024, ano em que os números foram atualizados. O crescente aumento de seguidores que acompanham esses perfis em dois anos evidencia que o espaço digital possibilita um grande alcance de pessoas interessadas no Serviço Social ou em temáticas relacionadas à área, bem como na compra de serviços ou produtos específicos. Associadas ao grande número de usuários cadastrados na plataforma *Instagram*, as ferramentas de marketing e facilidades para publicidade e anúncios proporcionadas pela própria plataforma favorecem o crescimento e a ampliação do público consumidor dos perfis tidos profissionais.

Dentre os três perfis com o maior crescimento no número de seguidores no período de um ano, 1 (um) possuía como finalidade a venda de cursos para qualificação profissional específicos para a área da assistência social, o qual contava com o auxílio de um canal na plataforma de streaming *Youtube*, e 2 (dois) possuíam como finalidade a venda de cursos e materiais didáticos preparatórios para concursos, dos quais apenas um não possuía conta no *Youtube*. Em relação aos três que obtiveram o menor crescimento na quantidade de seguidores, observou-se que a finalidade de 1 (um) era a venda de cursos preparatórios para concursos, o qual possui canal no *Youtube*, 1 (um) tinha como finalidade a venda de consultoria e mentoria na área da saúde e 1 (um) a venda de serviços de assessoria e consultoria na área da educação. Nesse sentido, evidencia-se que conteúdos relacionados a preparação para a prestação de concursos públicos representam a área de maior interesse dos usuários que acompanham esses perfis. Outro ponto importante a se observar é o auxílio de plataformas secundárias para potencializar o alcance dos perfis, à medida que proporcionam a abrangência de outros espaços digitais.

Ainda conforme os dados da pesquisa, os materiais oferecidos estavam voltados para as áreas da saúde, assistência social, educação, sociojurídico e formação profissional. Dentre os 20 (vinte) perfis selecionados, a maioria abrangia apenas uma área, sendo a de assistência social com o maior número de perfis, 4 (quatro) no total, seguido pela educação e formação profissional, com 3 (três) perfis voltados para cada uma. As áreas do sociojurídico e da saúde eram abrangidas pela menor quantidade de perfis, com 2 (dois) voltados para a primeira e 1 (um) para a segunda. Em relação aos demais perfis, 7 (sete) abrangiam mais de uma área, com combinações variadas: 2 (dois) estavam voltados para as áreas da assistência social e formação profissional; 1 (um) para a saúde e assistência social; 1 (um) para a saúde, assistência social e formação profissional; 1 (um) para a saúde, sociojurídico e formação

profissional; 1(um) para a saúde, assistência social, formação profissional e sociojurídico; e 1 (um) abrangendo todas as áreas mencionadas.

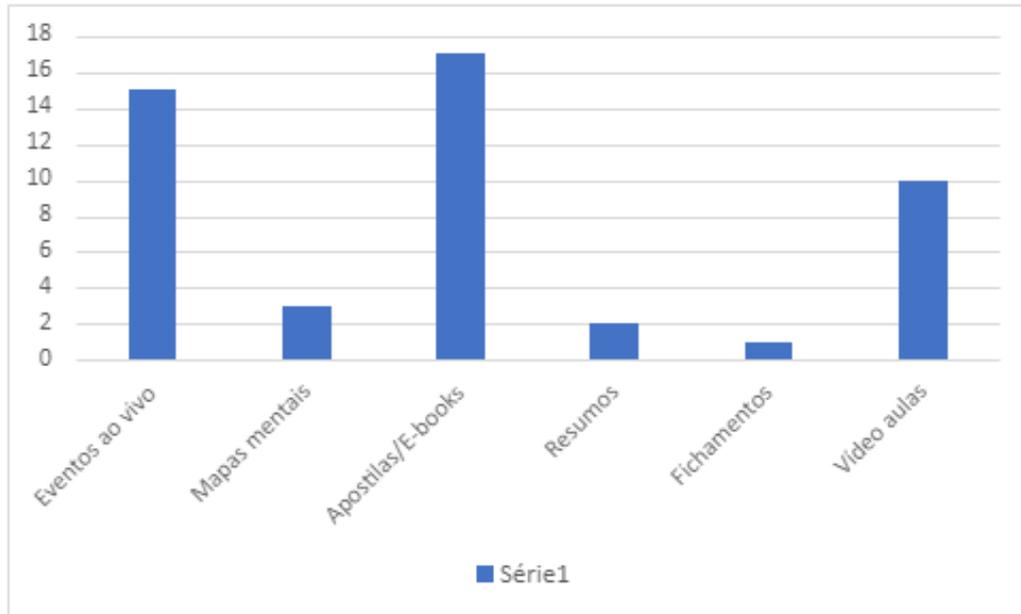
Apesar de serem perfis relacionados ao Serviço Social, as atividades desenvolvidas nos perfis não estavam limitadas apenas à disseminação de informações referentes à profissão, abrangiam também a área das políticas sociais nas quais os profissionais estavam inseridos, além da comercialização de materiais específicos de cada uma. Cabe salientar que as áreas de atuação abrangidas pelos perfis contavam com profissionais de outras áreas, os quais compõem as equipes multidisciplinares necessárias em diversos campos de trabalho. Assim, percebe-se que o público dos perfis englobava não somente profissionais, discentes ou interessados na profissão do Serviço Social, mas interessados em materiais relacionados às políticas sociais.

Em relação aos produtos e serviços ofertados pelos perfis, foram identificados materiais como apostilas, resumos e fichamentos em formato de pdf, assim como vídeo aulas, aulas ao vivo e lives sobre temáticas relacionadas a determinadas áreas, operacionalizadas por plataformas intermediadoras como sites próprios, Telegram e *Youtube*, majoritariamente. Do total de 20 (vinte) perfis, 8 (oito) destes compartilhavam gratuitamente vídeo aulas e aulas ao vivo (lives) no *Youtube*, com acesso ilimitado ao canal na plataforma e ao conteúdo publicado, apesar de disponibilizarem simultaneamente em outras plataformas. Em relação aos demais perfis, 4 (quatro) não faziam uso de outras plataformas para disponibilizar os materiais, enviando diretamente para os consumidores via e-mail ou *WhatsApp*, por exemplo, e 8 (oito) estavam distribuídos em outros canais.

De acordo com Galdino (2023), o *YouTube* é uma rede social muito importante no compartilhamento de vídeos e mídias digitais, com grande número de acessos e visualizações. Desse modo, o uso dessa plataforma complementa, impulsiona e dinamiza as atividades dos perfis do *Instagram*, ao permitir o alcance de um público maior e mais vasto. Entretanto, os demais perfis não estavam presentes no *YouTube* e, aqueles que ofereciam aulas em formato de vídeo, disponibilizavam por meio de outras plataformas e mediante pagamento.

Conforme o gráfico abaixo (Gráfico 1), a pesquisa revelou que dentre os produtos ofertados, materiais como apostilas e e-books eram os mais comuns entre os perfis, considerando que 17 (dezesete) dos 20 (vinte) perfis ofereciam materiais produzidos em formato de pdf, dos quais 10 (dez) desses disponibilizavam apostilas e e-books como materiais complementares a outros serviços disponibilizados, como cursos e vídeo aulas, por exemplo, e 7 (sete) vendiam exclusivamente e-books acerca da área que abrangiam.

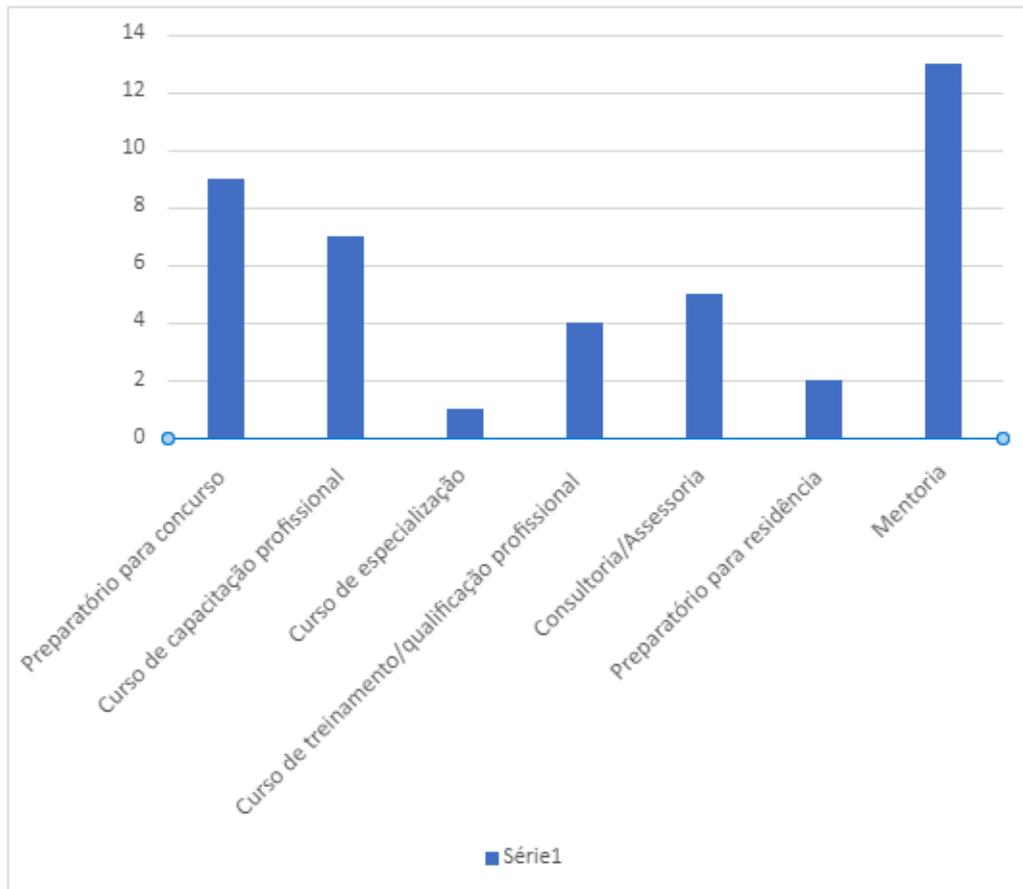
Gráfico 1: Produtos ofertados pelos perfis analisados



Fonte primária: elaboração própria

Tendo em vista a quantidade de áreas para as quais estão voltados, os dados apontam uma variedade na finalidades dos perfis, que vão desde preparatórios para concursos, com a venda de materiais didáticos, como *e-books* e mapas mentais de livros fundamentais do Serviço Social, até cursos de capacitação, ofertados por 7 (sete) dos 20 (vinte) perfis, cursos de especialização, oferecidos por apenas 1 (um) perfil, e cursos de treinamento/qualificação profissional, realizados por 4 (quatro) perfis, os quais contavam com a emissão de certificação após a conclusão e eram realizados virtualmente, de forma remota. Além disso, a pesquisa revelou que, diante dos perfis catalogados, há o desenvolvimento de ações de consultoria, assessoria e mentoria, no caso da grande maioria. Conforme o Gráfico 2, 13 (treze) dos 20 (vinte) perfis selecionados possuíam como finalidade a realização de mentorias online.

Gráfico 2: Finalidades dos perfis analisados



Fonte primária: autoria própria

Apesar de não serem atividades exclusivas do Serviço Social, ações de consultoria e assessoria, segundo a lei de regulamentação da profissão do Serviço Social, Lei n. 8.662/1993, fazem parte do conjunto de competências profissionais e atribuições privativas dos/as assistentes sociais, contidas nos incisos VIII e IX do artigo 4º e o inciso III do artigo 5º da lei. Ou seja, assistentes sociais possuem respaldo ético e técnico para desenvolvê-las por estarem relacionadas à prática profissional, seja por meio de demandas ligadas à criação de políticas sociais, trabalhos educativos junto à população, ou pela capacidade de resposta e conhecimentos adquiridos pela formação e prática profissional cotidiana sobre os assuntos abordados. É importante destacar que embora as referidas atividades sejam configuradas como competências de assistentes sociais, tais ações não são exclusivas do Serviço Social.

No entanto, mesmo com a semelhança entre os conceitos de assessoria, consultoria e mentoria, a mentoria não se configura como atividade que reflete o conjunto de atribuições e competências profissionais do/a assistente social, apesar de ser frequentemente realizada por estes, como mostram os dados da pesquisa. De acordo com Belo e Accioly (2015), a mentoria

é, na realidade, uma prática realizada por pessoas experientes com o objetivo de auxiliar e orientar alguém menos experiente na aprendizagem sobre assuntos específicos, através de sua bagagem e conhecimento pessoal. Dessa maneira, entende-se que a mentoria pode ser realizada por qualquer pessoa com experiência em determinados assuntos, inclusive por profissionais assistentes sociais.

Com base nos dados coletados na pesquisa, a prática da mentoria frequentemente realizada por assistentes sociais nesses perfis se dá por meio de orientações e aconselhamentos acerca de assuntos e áreas específicas nas quais os profissionais atuam e têm experiência. Em relação ao tempo de experiência profissional²¹, alguns perfis já identificavam na biografia do próprio perfil ou em postagens informativas o tempo de carreira dos administradores, contemplando em três desses 16 (dezesesseis), 15 (quinze) e 11 (onze) anos de experiência. Observa-se, desse modo, que o conhecimento e experiência adquiridas ao longo do exercício profissional em outras áreas, fora do digital, são transformados em produtos comerciais, dando base para um trabalho aparentemente autônomo, à medida que a produção e a venda dependem exclusivamente da expertise daqueles que produzem.

Nesse sentido, analisamos também os dados relacionados ao quesito qualificação profissional, identificando que a maioria se caracterizava como pós-graduação lato-sensu, à medida que 14 (quatorze) dos 20 (vinte) profissionais por trás desses perfis possuíam especialização²² na área em que atuavam. A respeito da pós-graduação stricto-sensu, identificamos que 4 (quatro) possuíam título de doutores²³ e 1 (um) com o título de mestre, não sendo possível a identificação de apenas um profissional. Desse modo, compreende-se que os assistentes sociais administradores dos perfis estudados não contavam somente com o tempo de experiência e conhecimento prático, investiam em qualificações teóricas para capacitar a realização da prática profissional e alcançar uma atuação crítica e consciente em relação à realidade e totalidade social e profissional.

Acerca das contradições que permeiam o trabalho plataformizado desenvolvido por assistentes sociais nas redes sociais, os dados indicam o aumento da intensidade e das jornadas de trabalho vivenciadas pela maioria dos profissionais por trás dos perfis estudados. Do total de 20 (vinte) perfis, 8 (oito) desses eram administrados por profissionais com

²¹ O tempo de experiência aqui mencionado diz respeito à primeira experiência profissional dos administradores dos perfis e não necessariamente ao tempo de formação, conforme informações disponibilizadas no LinkedIn e no Currículo Lattes.

²² É válido destacar que, dos 14 (quatorze) profissionais especialistas, 2 (dois) estavam com o mestrado em andamento no ano de 2024..

²³ Em relação às áreas dos doutorados, 2 (dois) são em Serviço Social, 1 (um) em geografia e 1 (um) em sociologia.

carreiras no serviço público, contemplando setores públicos municipais, estaduais e federais, e 5 (cinco) eram comandados por profissionais contratados por empresas privadas, ou seja, a maioria são trabalhadores com vínculos empregatícios formais. Sobre os 7 (sete) perfis restantes, não foi possível encontrar outros vínculos de trabalho formais.

Com base nos dados expostos, evidencia-se que a existência de duplas jornadas de trabalho é comum a maioria dos assistentes sociais que desenvolvem atividades com viés econômico em redes sociais. Além das atividades desenvolvidas nos perfis, os profissionais responsáveis por 13 (treze) dos 20 (vinte) perfis ocupam cargos de trabalhos formais, necessitando conciliar as responsabilidades de ambos os trabalhos. Nesse sentido, o trabalho plataformizado se torna uma extensão do processo de trabalho, implicando dificuldades em sua realização. A partir dos dados, entende-se que mesmo o trabalho nas redes sendo entendido como uma opção viável, o emprego formal ainda se coloca para muitos/as assistentes sociais como ocupação e fonte de renda principal, devido principalmente a estabilidade, como nos casos de profissionais concursados.

Os dados adquiridos na pesquisa apontam ainda outros fatores importantes para o estudo da prática profissional nas redes, como por exemplo a necessidade de estratégias de marketing para manter o crescimento e engajamento do perfil. Nesse sentido, observa-se a diversidade de mecanismos utilizados para a conquista de novos seguidores e novas aquisições, como por exemplo promoções que diminuem o valor cobrado e facilitam a compra e o acesso limitado aos produtos e serviços. A respeito da durabilidade do acesso aos produtos adquiridos pelos usuários consumidores, havia uma variação de acordo com cada perfil. Em alguns casos, o acesso não era limitado por um tempo determinado, já que eram disponibilizados em plataformas de livre acesso, como o *Youtube*, ou realizado o envio do material em formato de pdf diretamente para o usuário, por exemplo.

Em outros casos, como os perfis com uma maior estrutura e que ofertavam serviços mais complexos, como cursos de especialização, havia uma limitação no tempo de acesso, a depender da plataforma em que o material estivesse hospedado. Galdino (2023) destaca em seus estudos que muitos administradores de perfis profissionais no *Instagram* utilizam plataformas intermediadoras na relação de compra e venda dos produtos, sendo a Hotmart²⁴ uma das principais. De acordo com a autora, “essas plataformas oferecem uma tecnologia pronta para os infoprodutores colocarem seus produtos, quando não o podem fazer por meios próprios” (Galdino, 2023, p. 69). Desse modo, a compra e a venda de produtos e serviços é

²⁴ Plataforma digital voltada para hospedagem de produtos digitais ou físicos e intermediação de vendas, permitindo a divulgação de negócios digitais mediante porcentagem em caso de venda (Hotmart, 2011-2024).

facilitada, devido às facilidades que a plataforma oferece, mas permite condicionalidades para o acesso, por exemplo.

Conforme os dados coletados, diversos perfis limitavam o tempo de acesso aos produtos. Dos 20 (vinte) perfis, 9 (nove) que realizavam a venda de cursos através da hospedagem limitavam o acesso em plataformas digitais específicas para a venda de produtos online, como a Hotmart, limitavam o tempo de acesso a 1 ou 2 anos. Em 2 (dois) perfis, o tempo de acesso era ainda menor. Em um, o tempo limite de acesso durava por 1 mês, em outro durava por apenas 10 dias. Nesse sentido, entende-se que a limitação do acesso funciona como forma de conquistar novas vendas, dado que após o término do prazo estabelecido, torna-se necessário uma nova compra para acessar novamente o material. A fim de alcançar um maior número de compradores, torna-se necessário medidas que possibilitem o aumento do número de vendas, tais como a limitação do acesso e a realização de promoções e facilidades no pagamento.

A partir do que caracterizam os dados expostos, é possível observar algumas contradições e dificuldades enfrentadas por profissionais do Serviço Social que atuam em redes sociais, impulsionadas pela lógica capitalista. No geral, as atividades profissionais desempenhadas em redes sociais são tomadas como oportunidades para o aumento de renda, as quais se tornam mais atrativas devido a uma suposta autonomia e liberdade profissional. Entretanto, o que se coloca é uma exploração do trabalho não explícita, escondida pelas aparentes facilidades que esse tipo de trabalho possibilita, como a flexibilidade de trabalhar de onde e quando quiser, vendendo o que julga necessário e relevante pelo preço que considera justo e acessível.

O que se percebe é uma nova roupagem das formas de exploração do trabalho, favorável para o aumento dos lucros e, portanto, rentável para o capital. As atividades laborais plataformizadas são mascaradas por uma pseudoliberalidade, caracterizada principalmente pela inexistência de vínculos empregatícios formais e diretos, mas que escondem as condicionalidades e exigências impostas pelas plataformas. Apesar de toda a responsabilidade sobre o trabalho realizado depender exclusivamente do profissional autônomo e empreendedor, o controle sobre o tempo e as atividades de trabalho ficam a cargo das plataformas e do sistema do capital. Ou seja, não há liberdade verdadeira para o trabalhador, há apenas a continuidade do ciclo de exploração e submissão da venda da sua força de trabalho para garantia da própria subsistência.

Desse modo, compreende-se que as práticas desenvolvidas por profissionais do Serviço Social que atuam nos perfis observados nas plataformas digitais são atravessadas por

mecanismos de exploração capitalistas. A lógica empreendedora e neoliberal alimentam a migração do exercício de profissionais do Serviço Social para as redes sociais visando o alcance de uma maior lucratividade e retorno financeiro, guiada por uma sensação de autonomia. Nesse sentido, evidencia-se que o trabalho em plataformas digitais possui em sua essência os pilares do capitalismo e representa as novas formas encontradas pelo sistema para se manter vivo e se reproduzir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, compreende-se que o aprimoramento tecnológico, ao longo de séculos de história, esteve favorável às imposições capitalistas sobre o mundo de trabalho, alimentando a intensa exploração da força de trabalho humana submetida a situações cada vez mais precárias e flexibilizadas de trabalho. Entretanto, com base no que aponta Vieira Pinto (2005), a essência da tecnologia reside no trabalho humano, ou seja, na capacidade humana de produzir os próprios meios de subsistência, transformar a realidade e construir mecanismos que facilitem o trabalho humano. Nesse sentido, a evolução tecnológica acompanha o desenvolvimento humano, produtivo e social, potencializando a capacidade produtiva humana.

Contraditoriamente, na sociedade capitalista o uso da tecnologia está condicionado aos interesses e imposições do sistema de produção vigente, enquanto mecanismo útil para a ampliação do acúmulo de lucro através da exploração da força de trabalho. Em todas as fases do capitalismo os avanços tecnológicos incidiram sobre as condições de trabalho da classe trabalhadora, no intuito de aumentar a produtividade ao reduzir o tempo de trabalho e intensificar o trabalho humano. O uso de mecanismos tecnológicos permitem a criação de novas formas de extração e acumulação de lucro por meio da automatização e informatização de processos de trabalho, marcados principalmente pela flexibilização do trabalho e de uma maior exploração do trabalhador, conseqüentemente. Esse cenário não se restringe a esfera da produção, se espraia também para o setor de serviços, capturado pela lógica capitalista devido a sua utilidade para a reprodução do sistema.

A introdução de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de acumulação capitalista dá continuidade a esse movimento, à medida que dão origem a novas formas de exploração do trabalho ao possibilitar a criação de postos de trabalho informais e precarizados. Através das TIC, plataformas digitais se tornam espaços de trabalho atravessados pela precarização e flexibilização, tanto das condições de trabalho quanto de direitos e garantias trabalhistas, além do controle que as próprias plataformas possuem sobre o trabalho realizado. As contradições contidas nessas formas de trabalho são mascaradas com supostas facilidades e benefícios, tais como liberdade e autonomia para a realização de suas funções, livre dos limites hierárquicos organizacionais.

Esse cenário se fortaleceu durante o período de crise vivenciado durante a pandemia da Covid-19, com o aceleração da implementação de recursos tecnológicos e digitais em vários campos de trabalho, devido a necessidade do isolamento social. No período,

modalidades de trabalho virtuais cresceram, sendo a grande maioria apoiada em plataformas e canais digitais. Nesta perspectiva, observa-se ainda o crescimento de plataformas de redes sociais, as quais passaram a ser entendidas como espaços de trabalho e espaços para a comercialização de produtos e serviços. Conforme analisado, atividades econômicas desenvolvidas em redes sociais vêm sendo frequentemente adotadas por diversos profissionais especializados, através de perfis voltados para as áreas de atuação em que se inserem, inclusive assistentes sociais.

As diversas modificações ocorridas no mundo do trabalho, bem como o fenômeno da plataformização do trabalho, proporcionado pelas TIC, atingem diretamente a atuação de profissionais do Serviço Social, considerando sua situação de trabalhador assalariado integrante da classe trabalhadora. Com o aprofundamento do uso de tecnologias digitais em diversos âmbitos do mercado de trabalho, a atuação profissional de assistentes sociais sofre modificações para se adaptar às exigências e demandas. Além de atuarem nas novas modalidades de trabalho precarizados, como o teletrabalho, os/as assistentes sociais também atuam por meio de plataformas digitais, como as redes sociais, como alternativa ao desemprego ou como atividade para o complemento de renda, haja vista a existência de duplas jornadas de trabalho por muitos profissionais.

Conforme exposto pelos dados, a presença de assistentes sociais atuando em redes sociais como o *Instagram* tem crescido nos últimos anos, sobretudo após o período pandêmico, quando houve um aumento significativo no uso de tecnologias digitais e da internet. De acordo com a pesquisa, inúmeros perfis profissionais presentes na plataforma estão voltados para a venda de produtos e serviços especializados, por meio dos quais os profissionais desempenham competências e atribuições profissionais e transformam parte do acervo acumulado pela categoria profissional em produtos mercadológicos. Nesse sentido, o presente trabalho se apresenta como uma aproximação aos estudos dos impactos do uso das TIC no trabalho do Serviço Social e uma breve análise da atuação profissional de assistentes sociais em redes sociais, caracterizando alguns aspectos dessa atividade a partir do estudo bibliográfico em torno da temática abordada.

Diante do estudo realizado, pode-se perceber que as implicações sobre o mundo do trabalho provocadas pelo avanço tecnológico e o uso de tecnologias no cenário contemporâneo têm ocasionado transformações na atuação profissional de assistentes sociais. Com a precarização do trabalho e a insegurança que atravessam cargos de trabalho formais, intensificadas com a implementação das TIC, o trabalho autônomo e plataformizado aliado aos ideais neoliberais e empreendedores surge como uma alternativa atraente e viável para

uma parcela desses profissionais. A informalidade e a inexistência de garantias trabalhistas são colocadas em segundo plano, dando espaço para as facilidades que as plataformas digitais e as redes sociais oferecem para aqueles que vendem produtos e serviços online. Assim, compreende-se que o trabalho em plataformas digitais, apesar de ser entendido como saída viável e aparentemente favorável, atende à lógica e aos interesses capitalistas e contribui com a exploração da força de trabalho.

É válido ressaltar que a dimensão do assunto impõe a necessidade da realização de estudos aprofundados acerca das condições de trabalho enfrentadas por assistentes sociais no cenário contemporâneo, mediante o rápido avanço tecnológico e as implicações sobre o mundo do trabalho, sobretudo a partir do trabalho tido autônomo em plataformas digitais. Para além disso, os novos mecanismos de exploração do trabalho pautados no avanço tecnológico com o uso de plataformas digitais, demandam para a categoria profissional do Serviço Social a urgência em se debruçar sobre meios de trabalho emergentes, como as redes sociais, a fim de compreender a dinâmica vivenciada por profissionais que os adotam e regulamentar a prática exercida nesses espaços, com base nos princípios éticos e políticos profissionais.

Assim, devido a condição de trabalhadores assalariados de assistentes sociais e a vivência das contradições vivenciadas pela classe trabalhadora, resultantes do movimento do capital ante o avanço tecnológico, torna-se indispensável a continuidade do estudo acerca dos desdobramentos ocasionados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação na atuação de assistentes sociais frente às multifacetadas demandas sociais e institucionais que perpassam o exercício profissional. Portanto, a relevância de compreender a totalidade do cenário crescente de atuações distintas desenvolvidas em novos meios de trabalho fomenta a urgência em desvendar a racionalidade que orienta determinadas práticas, com destaque para a atuação independente em redes sociais, com o objetivo de desvelar os fundamentos que as baseiam.

REFERÊNCIAS

AMORIM, H.; MODA, F.; MEVIS, C. **Empreendedorismo**: uma forma de americanismo contemporâneo? Salvador: Caderno CRH, v. 34, p. 1-16, 2021.

ANDRADE, M. A. de. Lukács: trabalho, modos de produção e ontologia. **Revista Ciências do Estado**. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (recurso eletrônico).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. **O futuro do trabalho**: entre novidades e permanências. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

BARRETO, C. B. S.; SANTOS, A. O.; SILVA, A. M.; SILVA, A. A. R. Mídias digitais no trabalho profissional: o uso de perfis profissionais de serviço social na rede social instagram. In: NASCIMENTO, D. C.; COSTA, R. R. M.; SILVA, A. A. R. (org.). **Educação e transversalidade**: desafios contemporâneos. Mato Grosso do Sul: Editora Inovar, 2022, p. 24-45.

BELO, Andrea Christina Cavalcanti; ACCIOLY, Sérgio. **A mentoria como influência de pessoas no ambiente organizacional**. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais. Maceió, v. 3, n. 1, p. 185-200, 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. Trabalho, sociedade e valor. In.: **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica/Serviço Social; v. 1).

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, v. 2, 2016.

CAVALCANTI, Débora; VELOSO, Renato. TIC e Serviço Social: *bugs* e compilações. In.: VELOSO, Renato; SIERRA, Vânia Morales (org.). **Serviço Social e tecnologias**: Reflexões coletivas. Curitiba: CRV, 2024, p. 15-27.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Autonomia profissional e a relação com a supervisão de estágio. In.: CFESS (Org.). **Diálogos do cotidiano** - assistentes sociais: reflexões sobre o cotidiano profissional. Brasília: CFESS, 2021. ISBN: 978-65-86322-05-7.

FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020.

GALDINO, Shellen Batista. **O Serviço Social na produção de conteúdos em plataformas sociodigitais**: um estudo do *Instagram* e do Youtube. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo editorial, ed. 1, 1999, p. 13-53.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**. São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

HOTMART. O que é e como funciona a Hotmart? 2011-2024. Disponível em: <[https://help.hotmart.com/pt-br/article/115006507308/o-que-e-e-como-funciona-a-hotmart->](https://help.hotmart.com/pt-br/article/115006507308/o-que-e-e-como-funciona-a-hotmart-). Acesso em: 15 jun. 2024.

IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais em 2022. **IBGE**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102035>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: <<https://beneweb.com.br/resources/O%20MUNDO%20DOS%20HOMENS%20Trabalho%20e%20ser%20social.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://www.sergiolessa.net/_files/ugd/4c396a_0c4d57ace829475db89b3c76c9ae4b29.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LINS, Maria Alcina Terto. A flexibilização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo e suas repercussões no serviço público brasileiro. 2010. 137 f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2276>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LINS, Maria Alcina Terto. **A atuação de assistentes sociais nas redes sociais**: apontamentos iniciais. ANAIS do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, 2022.

LUNA, N.; OLIVEIRA, A. Os entregadores de aplicativos e a fragmentação da classe trabalhadora na contemporaneidade. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 73-82, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82588>>.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
Disponível em:

<<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996a.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996b, p. 87-132.

NOGUEIRA, M. B. H. Transformações no mundo do trabalho e Serviço Social. In.: LOLE, A.; STAMPA, I. (org.). **Trabalho, capitalismo e superexploração no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2023, p. 246-264.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. 2020.

Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PALTRINIERI, Isabel. Precarização do trabalho e incidências no Serviço Social contemporâneo. In.: LOLE, A.; STAMPA, I. (org.). **Trabalho, capitalismo e superexploração no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2023, p. 265-284.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. 2009. Disponível em:

<https://www.cristinapaniago.com/assets/docs/Keynesianismo_Neoliberalismo_e_os_Antecedentes_da_Crise_do_Estado.185210152.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In.: COSTA, Gilmaisa; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan (org.) **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2010. Disponível em:

<https://cristinapaniago.com/assets/docs/A_Crise_Estrutural_os_Trabalhadores_e_o_Serviço_Social.185191229.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. [Vol 1]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. ISBN: 978-85-85910-67-9.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social, trabalho e tecnologia - o trabalho profissional em tempos pandêmicos. In.: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; VIEIRA, Nuria Pardillos (org.). **Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e pandemia**. São Paulo: EDUC: CAPES, 2022, p. 33-58.

SOUZA, O. M. de; MELO, J. J. P.; GOMES, R. W. F. Da manufatura à maquinaria moderna: a subsunção real do trabalho ao capital. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 65–78, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6706>. Acesso em: 26 jan. 2024.

TAVARES, M. A. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em pauta**, Rio de Janeiro. v. 16, n. 41, p. 107-121, 2018.

VELOSO, Renato. Serviço Social, trabalho e tecnologia da informação. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 71-90, jul. 2011.

VIEIRA, Eloy S.; BOLAÑO, César R. S. Economia política da internet e os sites de redes sociais. In: **Revista Epic Online**. Sergipe. v. 16, n. 2, p. 71-84, 2014.